



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Direito – FD
Programa de Pós-Graduação e Direito – PPGD

Natália Maria Alves Machado

EPISTEMOLOGIAS COM DEFICIÊNCIA?
UMA AUTO-ETNOGRAFIA DAS AUSÊNCIAS

(Notas corporais sobre diferença, ensino jurídico e insuficiências em acessibilidade)

Dissertação apresentada como requisito parcial de obtenção do título de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, Linha de Pesquisa 1: Movimentos Sociais, conflito e direitos humanos, Sublinha de Pesquisa: Bioética, Acesso à Justiça e Etnografia.

Brasília – DF

2020

NATÁLIA MARIA ALVES MACHADO

EPISTEMOLOGIAS COM DEFICIÊNCIA?
UMA AUTO-ETNOGRAFIA DAS AUSÊNCIAS.

(Notas corporais sobre diferença, ensino jurídico e insuficiências em acessibilidade)

Dissertação apresentada como requisito parcial de obtenção do título de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, Linha de Pesquisa 1: Movimentos Sociais, conflito e direitos humanos, Sublinha de Pesquisa: Bioética, Acesso à Justiça e Etnografia.

Aprovada em: 02/03/2020

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Janaína Lima Penalva da Silva – Orientadora
Universidade de Brasília – Faculdade de Direito

Professora Doutora Débora Diniz Rodrigues – Membro Efetivo
Universidade de Brasília – Faculdade de Direito

Professor Doutor Evandro Piza Duarte – Membro Efetivo
Universidade de Brasília – Faculdade de Direito

Professora Doutora Rosana Maria Nascimento Castro Silva – Membro Externo
Universidade de Brasília – Departamento de Antropologia

Dedico a Pedro Leoni Pereira Lopes e Sueli Pereira Lopes.

Dedico à continuidade da vida, à nossa descendência.



“Raíces”, auto-retrato Frida Kahlo, 1943.

(Disponível em: https://www.ebiografia.com/vida_trajetoria_frida_kahlo_obras/)

AGRADECIMENTOS

Sendo fruto da alquimia dessa união bendita, agradeço ao **meu pai Olívio Ferreira Machado e à minha mãe Nádyá Alves dos Reis** por terem me dado o tudo primordial e suficiente: a vida (ali de Brazlândia – DF ao sem fim, Minas gerais quilombola e Ceará indígena encontrados no Cerrado rural/periférico, “chão de estrelas”); deles ainda meus irmãos Francisco, Rogério e Simar e minhas irmãs Rita, Nirlene, Nelma, Neide, Silvia e Simone (e todos os sobrinhos e sobrinhos-netos que deles e delas vieram, bem como os outros mãe e pais que os geraram), também os outros irmãos, desconhecidos e os falecidos precocemente.

Agradeço aos meus demais parentes e antecessores, em especial aos meus avós paternos Paulo e Antônia e maternos César e Hoselite, também, bilateralmente, os tantos tios e tias, primos e primas, agregados e etc. Agradeço ao meu tio materno Luis Carlos dos Reis, que na semana da defesa desse trabalho e às portas da pandemia, nos surpreendeu com seu falecimento precoce e insuspeito, cheio de sentidos, transformações e legados, como uma “supernova”, irradiando raízes cósmicas num fim que é continuidade e nutriente. Agradeço às casas, espaços-territórios, que me acolheram entre 2017 e 2020 (Asa Norte, Núcleo Rural Vale do Palha, Vila Areal) com seus seres, ambientes, demandas, atmosferas, fases, limites e colos infinitivos.

Agradeço aos profissionais de saúde que me acolhem e acompanham no período antes e durante o mestrado, Dr. Henrique Affonso e Sierli da CLIMAP, Dr^a. Maria Célia, Dr^a Ana Carla, Dr^a. Micaela, Elizabeth Carneiro, Júlia Maia, Sayô Adinkra, Marcela Manara, entre outros. Também aos sacerdotes e sacerdotisas que me cuidaram e ampararam de N modos: Alexandre L’Omi, Rinaldo de Aquino, Mãe Lúcia e Bárbara, Íris Hazel, Mãe Vera, Dona Irani, Dona Jurema, Mãe Dalva, Mãe Amélia, Padrinho Shoo e Madrinha Mari da Flor de Cristo e outros, assim agradeço à Jurema Sagrada (Catimbó), à Umbanda, ao Candomblé a ao sem nome do sagrado vivo, pulsante e caminhante nas diferenças indomesticáveis do “Brasil profundo” e em cores (de cor).

Agradeço às amigadas, em especial à Anêmona (David Almeida, Emmanuel Paz, Bruno F.), Marcela, Israel, Laio, Emily, Dani, Edno, Ray (*in memorian*), colegas de o *Nosso Lugar* (e Clara!!), ao “Trio do Envolvimento” (em tudo suporte, autorização, amadurecimento,

afetação, criatividade, genialidade e estímulo), ao “Lugar do Coração” (Ricardo Caldeira, Ivaldino Júnior, Jamara e Birela), Ingrith, Maíra Vale, Taís Lobo, Lucas Abá, Jackline, Júlia Arcanjo, Sabine, Pepê, Stella, Ranna, Guacira, Guilherme Moura, Louisa, Jelena, Júlio, Vitória, Jhon Narvaez, Daniel, Eliseu, Mayra Cotta, Chico Carneiro, Gutto Rodrigues, Carlos, Ernesto, Renata, Anna Feminela, Rita Louzeiro, professor José Jorge, Marianna Holanda, Fabíola Gomes, Marianne Junqueira, Ana Laura, Luiza e todas gentes mais no incontável desse *ubuntu* nada óbvio e sempre surpreendente, movimento.

Agradeço à Secretaria do PPGD-UnB, especialmente à magnífica Euzilene, ao Valgmar e os demais sempre prontos a, com competência e correção, operar justiça e favorecer direitos, tornando a burocracia mais medicinal e menos esotérica aos “comuns”, salve vocês, alquimistas, toda gratidão é pouca (o pessoal do administrativo da UnB salva vidas e já há muito)!

À minha incrível orientadora no PPGD da Faculdade de Direito da UnB, Janaína Penalva, pela sua generosidade perspicaz, sua consistência, criatividade, seu compromisso com o comportamento científico de experimentar, proporcionar, estranhar, ir além, seu implicar-se encantado e genial, sua insubordinação que ampara, fortalece e motiva.

No panorama dos demais docentes/pesquisadores na base e horizonte universitário referente a essa primeira pós-graduação, agradeço: à mentoria espiritual da “epistemologia carnavalizada no ensino do Direito” de Luis Alberto Warat, da inspiração advinda da noção de “direito à complexidade” de Menelick de Carvalho Neto, de toda a contínua influência geral em Antropologia Jurídica e do Direito de Rita Segato (especialmente no que tange à “ética da insatisfação” e “pluralismo bioético”). A Adriana Dias, Anahí Guedes, Kamila Sastre e Fabiane Gama, antropólogas com deficiência, minha acessibilidade afetiva particular, investigadoras de genialidade incontestável. A Erik Bähre da pelos diversos apoios no primeiro ano de pesquisa. Ao professor Mário Ângelo Silva por tudo e por tanto (*in memoriam*). Assim também toda a experiência docente cativante, possibilitadora e tão instrutiva (inclusive de acessibilidades) no curso de mestrado: Débora Diniz, Rosana Castro e Evandro Pizza (desde os antecedentes possibilitadores), Antonadia Borges, Marcelo Neves, Uã Flor do Nascimento e Camila Prando por toda disponibilidade e sabedoria compartilhada.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio pela concessão de bolsa durante o período de realização do mestrado.

Agradeço ao Coletivo de Mulheres de Deficiência do DF, aos ativismos negro, indígena, de mulheres e de comunidades populares, por tudo de herança, por ser base e alimento, por todo desconforto que eleva, pelo legado de direitos, políticas reparatórias e ações afirmativas (*“se tanto vale o já feito, mais vale o que será!”*).

Agradeço ao meu companheiro Bruno Lopes, parceiro em incontáveis jornadas, criações e travessias. (*“com uma ponta de diamante em uma lâmina de esmeralda”*). Agradeço pelo suporte na interlocução socioantropológica, artística e política, na análise qualitativa (fluxo de força e co-criação), registro de impressões, acessibilidades diversas, curadoria e decupagem de registros audiográficos.

Por fim ainda que relativo e começo, agradeço à Shakti filhota felina e *“alebrije”*, ao Jatinho e à Jatinha com seus filhotes jatinhos Belchi, Geysa e Lincon, à brutal experiência de ternura da convivência com os gatos do Palha e seus encantos, salvando mutuê, ventre e coração, *“ter água no corpo é merecer”*, também ao Simba, Rex, Lilo Dankam, paixão antiga pelos caninos. Agradeço às águas, céu e matas da Serrinha do Paranoá (salve a Vereda do Reis Malunguinho), os outros animais tantos e parentes não humanos, encantados, à pedreira, ao Sertão Cerrado, ao Ceará, à Recife/Olinda - PE e Trindade-GO.

“Você não tem que ser bom
Você não tem que andar de joelhos
por cem milhas através do deserto arrependendo-se.
Você só tem que deixar o animal macio do seu corpo
amar o que ama.

Fale-me sobre o desespero, o seu, e eu contarei o meu.
Enquanto isso o mundo continua.
Enquanto isso, o sol e as pedras claras da chuva
estão se movendo pelas paisagens,
sobre as pradarias e as árvores profundas,
as montanhas e os rios.

Enquanto isso, os gansos selvagens, no alto do ar azul e limpo,
estão indo para casa novamente.

Seja você quem for, não importa o quão
solitário, o mundo se oferece à sua
imaginação,
te chama como aos gansos selvagens, ásperos e emocionantes -
repetidamente anunciando seu lugar
na família das coisas.”

Mary Oliver, “Wild Geese” (tradução livre)

Engravidei, pari cavalos e aprendi a voar sem asas.

Cidinha da Silva

RESUMO

A presente dissertação é composta por apontamentos e observações epistemológicas, etnográficas e jurídicas desde a vivência da pesquisadora/estudante que a escreveu sob experiência em instituição estatal de ensino superior público em nível de pós graduação, sendo tal pesquisadora/estudante uma *pessoa com deficiência* e também sob outros marcadores sociais da diferença e desigualdade (por raça, classe, etnicidade, sexo/gênero), em que um período de percalços, ausências e não-acessos cercam de limites e impossibilidades o concurso acadêmico. Aposta-se que tais entraves revelam normatizações e clivagens que privilegiam determinados corpos, trajetórias e modos perceptivos em que ficam pronunciadas também dinâmicas específicas, de inteligibilidades e governanças próprias, que barram modos singulares de reflexão, cosmopercepção e ritmo, criando barreiras a “epistemologias singulares” que emergiriam caso houvesse consolidação de amplas garantias em acessibilidade acadêmica, aqui, no contexto do ensino jurídico. Concebendo ‘deficiência’ desde o Modelo Social, assim, não estando esta nos corpos que são plurais, uma vez existentes e integrantes do fenômeno biopsicossocial da vida, antes, nas barreiras socioculturais e políticas calcadas no *capacitismo* e na *corponormatividade*. Nos norteia o entendimento de deficiência enquanto amplo fenômeno sociológico, trespassando estruturalmente todos os domínios da vida coletiva, inclusive instituições com suas logísticas, normas e funcionamentos, haja vista as gramáticas de poder, violência e conformação que compõe o período histórico, político e filosófico que denomina-se por modernidade (colonial) e suas economias. Enquanto possível saída, são propostas algumas acessibilidades plurais e epistemologias criativas amparadas por estranhamentos e assombros, caracteres elementares, intrínsecos ao universo do saber em movimento e conexão.

Palavras-chave: epistemologia, acessibilidade, direitos, realidades acadêmicas e etnografia.

ABSTRACT

The present dissertation is composed of epistemological, ethnographic and legal notes and observations from the reality of the researcher/student who wrote it under experience in a state institution of public higher education at the postgraduate level, such researcher/student being a person with disabilities and also under other social markers of difference and inequality (by race, class, ethnicity, sex/gender), in which a period of mishaps, absences and non-accesses surround the academic course with limits and impossibilities. It is pointed out that such obstacles reveal norms and cleavages that privilege certain bodies, trajectories and perceptual modes in which are also pronounced specific dynamics, of own intelligibilities and governances, which block singular modes of reflection, cosmoperception and rhythm, creating barriers to “singular epistemologies” that would emerge if there were consolidation of broad guarantees in academic accessibility, here, in the context of legal education. Conceiving ‘disability’ from the Social Model, thus, it is not in the bodies that are plural, once existing and part of the biopsychosocial phenomenon of life, rather, in the socio-cultural and political barriers based on capacitism and corponormativity. We are guided by the understanding of disability as a broad sociological phenomenon, structurally traversing all the domains of collective life, including institutions with their logistics, norms and functioning, given the grammars of power, violence and conformation that make up the historical, political and philosophical period that it is called (colonial) modernity and its economies. As a possible way out, some plural forms of accessibility and creative epistemologies are proposed, supported by strangeness and astonishments, elementary characters, intrinsic to the universe of knowledge in movement and connection.

Keywords: epistemology, accessibility, rights, academic realities and ethnography.

Estandarte poético (epistemologia carnavalizada):

TALISMÃ

A frase “*a arte mais poderosa da vida é fazer da dor um talismã que cura*”, atribuída à Frida Kahlo, impacta sobremaneira devido à minha experiência enquanto pessoa “doente” que vive em estado permanente de dor e esquisitices mil, na verdade dores diversas, em maior ou menor sentido literal, desde o que transmite e capta a carne, dor. Nessa frase há um tratado em N volumes, “vida”, “poder”, “fazer”, “DOR”, “cura”, tantos universos e nuances em cada termo presente. No entanto, neste espaço precisarei me ater a um pequenino pixel da afirmação.

Admito que não gosto da palavra “cura”, tal afeto me prende aqui, pois desde que me foi sendo dito que diversas singularidades (WARAT, 1992) do meu corpo eram “doenças sem cura”, muito das estruturas hegemônicas sempre tentam fazer da possibilidade ou impossibilidade de “cura” algo para tentar me inscrever, assustar, normalizar ou condenar, biopoliticamente coagir. Porém, há algum tempo, as coisas terem ou não “cura” vêm deixando de ser uma questão, a consolidação do *cuidado per se e cuidado emancipatório* me traz acessibilidades de respirar e continuar existindo, voar.

O ramo dos *cuidados paliativos*, assim como as poéticas da desimportância, trazem a subversão elementar de um “tratar sem objetivo” e com compromisso. Existir banalmente e com valor incontestado, o sagrado-profano do *vir a ser* do que, simplesmente apenas ocorre... e acolho. Proceder a cada instante reverenciando desafios ou facilidades com o mínimo de juízo de valor, além do mal e do bem também, amparar da forma que o instante demandar, uma vez não haver reversão para certos estágios da morte ou da vida, daí simplesmente algo acontece... e tem pinta de infinito.

Muitas pessoas usam essa mesma palavra, “cura”, por suposto, que com sentidos bem variantes dependendo do contexto e de quem evoca... de toda forma, quase sempre sinto “cura” como um soco que me chega dizendo que alguns modos de existir precisam ser revertidos ou tornados mais próximos do que seja um normal/universal/superior, aí é o fim da linha pro meu coração, pois a *diferença enquanto potência* é propriamente a sua comida. Reflito sobre o altíssimo custo etno-ecológico (sistêmico) de tentativas de ampla sanação; pesadelo pra mim-lhões e vitória pra corponormatividade capacitista e psicofóbica.

Não sei o que é a dor em mim nem no mundo, só suspeito que existe por aí e há muita no meu corpo, nas emoções, nos registros, nas projeções. As sensações acontecem e só, tento perspectivá-las numa certeza muito íntima e sem validação, na confiança de que em cada célula, no mínimo, há um ente de minha origem antiga e que, assim, sintomas-sinais são mensagens e mensageiros indomesticáveis.

Batizar algo de “dor” sem se encantar é muitas vezes não perceber os quão plurais e potentes podem ser os fenômenos que recebem tal nome.

Talvez uma das artes prediletas daqui então, seja ir vivendo sob um algo que me constitui, *arte erótica* nos diálogos sinestésicos em transe cotidianos básicos: dor existe (!!!??), se existe pertence, se pertence e eu a reconheço incluindo e amparando, ela me brinda então de forças singulares e prazeres insuspeitos.

Pela cultura imposta essa lida quase nunca é fácil, clivada de injustiças sócio estruturais torna-se muito exigente, algumas vezes muito pesado... sempre é valiosíssimo! Não começa nem termina em mim. Cada instante é de morrer... pra germinar!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. CORPO, POVO, TERRITÓRIO E ETHOS. CARACTERIZAÇÃO GERAL E CONTEXTUALIZADA; COTIDIANIDADES PCD -----=-----	22
2. ENCONTRO COM A PÓS-GRADUAÇÃO, ANSEIOS, FRICÇÕES. POSSIBILIDADES ENTRE OS LIMITES?.....	31
3, MICRO-POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNB ENQUANTO ESPELHO DE MINHA EXPERIÊNCIA - APROXIMAÇÕES E DESVIOS-----	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

“Capacitismo é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir as próprias vidas: ‘uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão corporal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano.’” — Adriana Dias¹

“A condição de deficiência não pode ser vista pela sociedade como algo que falta em alguém. Precisa ser enxergada pelo prisma da diferença humana inata, que por suas singularidades requer atenção às especificidades quanto à: forma de comunicação, mobilidade, ritmos, estilos e diversas maneiras de construir o conhecimento e os relacionamentos sociais; por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, com total autonomia e independência em uma sociedade acessível a todas e todos, de qualquer idade, etnia, credo, gênero, orientação sexual, nacionalidade, entre outros.”

— Leandra Migotto Certeza²

Apostando na força da narrativa, descritiva ainda que sem intenção de construir linearidade biográfica em sentido universal fora dos temas que centralizam a aglutinação reflexiva, a presente dissertação é composta por apontamentos e observações epistemológicas, etnográficas e jurídicas desde minha vivência enquanto pesquisadora/estudante sob experiência em instituição estatal de ensino superior público em nível de pós graduação enquanto *pessoa com deficiência* e também sob outros marcadores sociais da diferença e desigualdade (por raça, classe, etnicidade, sexo/gênero), em que um período de percalços, ausências e não-acessos cercam de limites e impossibilidades o concurso acadêmico. Aposta-se que tais entraves revelam normatizações e clivagens que privilegiam determinados corpos, trajetórias e modos perceptivos em que ficam pronunciadas também dinâmicas específicas, de inteligibilidades e governanças próprias, que barram modos singulares de reflexão, cosmopercepção e ritmo, criando barreiras a “epistemologias singulares” que emergiriam caso houvesse consolidação de amplas garantias em acessibilidade acadêmica, aqui, no contexto do ensino jurídico.

Sob percepção de ‘deficiência’ desde o Modelo Social, assim, não estando esta nos corpos que são plurais, uma vez existentes e integrantes do fenômeno biopsicossocial da vida, antes, nas barreiras socioculturais e políticas calcadas no *capacitismo* (DIAS,

1 Disponível em: <https://medium.com/currais/ningu%C3%A9m-%C3%A9-menos-capaz-3cd262162274> (*Capacitismo e Corponormatividade*)

2 Idem.

2013) e na *corponormatividade* (PEREIRA e LIMA, 2017), o entendimento de deficiência que me norteou, foi o que a aborda enquanto amplo fenômeno sociológico, trespassando estruturalmente todos os domínios da vida coletiva, inclusive instituições com suas logísticas, normas e funcionamentos, haja vista as gramáticas de poder, violência e conformação que compõe o período histórico, político e filosófico que denomina-se por modernidade (colonial) e suas economias. Enquanto possível saída, são propostas algumas acessibilidades plurais e epistemologias criativas amparadas por estranhamentos e assombros, caracteres elementares, intrínsecos ao universo do saber em movimento e conexão.

O arcabouço teórico constante no texto existe aqui de modo transversal e ainda que até bastante estruturador, todavia, dentro do fluxo descontínuo da memória narrada e das referências (que são constituídas enquanto tal somente no bojo das ativações vivenciais evocadas e também nascidas no próprio universo da “contação” analítica (e suas tantas vozes-frases). De tal modo, no presente trabalho estilos de escrita mesclam-se no esforço de registro acadêmico e também enquanto proposta de tradução do intraduzível da neuroatipicidade (LOUZEIRO, 2019) enquanto cosmopercepção (uma vez a denúncia do que falta em termos de acessibilidade educacional), assim, no mosaico cronológico da construção do tema aqui apresentado, parágrafos mais próximos do que se espera da escrita normatizada mesclam-se a textualidades notoriamente cunhadas ao modo da oralidade, bem como ares que poderiam lembrar literatura, a escrita das leis que aqui chegam pela necessidade de existir no mundo dos direitos, também talvez a poética dos ativismos e a guerra das narrativas para soarem válidas perante instituições.

Recortes conceituais enquanto heranças de trajetória estudantil

Tomando a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) como marco do ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo (considerando que leis ordinárias, códigos e acordos internacionais se conformam ao redor desta base normativa) podemos perceber que, nela, há diversas passagens que versam sobre Deficiência, um conceito que, na linguagem corrente, pode parecer muito familiar à maioria das pessoas, porque logo evoca uma memória social de casos familiares ou até mesmo pessoais em relação ao corpo físico e suas contingências ante a interação, o ambiente e os mecanismos. Por diversos antecedentes sociológicos e pelas disputas de narrativa operadas por grupos sociais no processo

constituente, um corpus de regras fundamentais sobre Pessoas Com Deficiência e direitos, é delimitado na Carta Magna de 1988. Nos 32 anos que se sucedem desde então, convenções, tratados e novas leis surgiram em relação ao mesmo tema, contudo, é notório que percepções e alargamentos polissêmicos se deram na compreensão do que venha a ser Deficiência para além das naturalizações e o que há por detrás da necessidade de normas específicas para tal panorama.

No presente trabalho a concepção sobre Deficiência será a oriunda do Modelo Social da Deficiência (DINIZ, 2017), entendimento científico e político em amplo sentido, que opera sob a noção de que organismos humanos são plurais e assim se dão as possibilidades de existência e formas de estar no mundo, sendo que a que a existência de déficits, desigualdades e situações específicas de violência se dá fora do organismo, na sociedade envolvente a medida em que, por entendimentos restritivos e invisibilidades, desacolhe e nega a realidade múltipla dos corpos sob diversidade sensorial, motora, cognitiva, psicossocial e outras.

O Modelo Social existe também em contraposição ao Modelo Médico da Deficiência, que centra o entendimento sobre Deficiência enquanto duplo avesso da normalidade, vendo os corpos atípicos enquanto acontecimentos excepcionais cravados de conteúdos trágicos, dispêndio, necessidade de intervenção reguladora e controle terapêutico. A ideia de biopoder é bastante presente em diversos debates das Ciências Humanas e Sociais, ideia nem sempre atrelada a alguma filiação teórica específica, mas inegavelmente atrelada ao avanço da compreensão das características biológicas do poder, o que contemporaneamente vemos na obra de pensadores como Achille Mbembe, em suas contribuições a respeito da necropolítica (MBEMBE, 2018).

Ante o acima exposto, percebemos que uma compreensão sobre corpo e variabilidade trespassa leis e funcionamentos institucionais, estruturas que mesmo atreladas à existência dos Estados Nacionais na modernidade ocidental, estão longe de ser oriundas de uma ética universal. Assim sendo, quais visões de corpo produzem as compreensões institucionais a respeito das dignidades fundamentais (SILVA, 2011) das pessoas com (sob) Deficiência? Qual percurso sociológico e político do entendimento sobre a Deficiência indicam participação de agências (ORTNER, 2007) múltiplas dos grupos sociais no funcionamento dos saberes? Além do poder político-jurídico, quais outros fenômenos de poder estariam

presentes nessa temática? Para observar essas questões e seus desdobramentos possíveis na apreensão qualitativa, entendemos que é potente a inscrição analítica de minha pesquisa de mestrado que aqui disserto, nos ramos de Antropologia do Direito, Etnografia Política, Estudos da/Deficiência e suas engrenagens, bem como no escolho reflexivo sobre Ensino Jurídico, Epistemologia, Justiça e Sociedade.

Consideramos aqui todas as análises proximais e descritivas das lógicas hegemônicas como uma reversão paradigmática fundamental, uma reversão da sujeição, especialmente ao que pese o Estado e suas instituições (aqui a universidade federal) enquanto arena de prolongamento existencial das elites políticas e econômicas, aparelhado, pouco público, permanentemente colonial (SEGATO, 1999). Análises sociais de instituições públicas e demais meandros do Estado fazem-se aqui presentes enquanto intenção, desafio e recriação, pois, *“en general, el papel histórico del Estado como forjador de alteridades y desigualdades a lo largo de la historia es muy poco reconocido”* (SEGATO, 2006:22). São firmados então como fundamentais os estudos sobre a importância da desnaturalização estatal, os diversos jogos e figuras constituintes e constituídas nesses movimentos (SCHRITZMEYER, 2005; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004; TEIXEIRA e SOUZA LIMA, 2010).

Ainda que aqui com forte caráter biográfico, afetivo e experimental-vivencial, as análises de Estado são a formação conceitual de base e composição de uma etiqueta posicionada em diálogo com o que chamo de “bioéticas ativistas e no plural” (na denúncia de opressões baseadas em interdições por condição corporal), talvez ainda incipientes no Brasil. Corpos, saúdes, locais e práticas, suas diversas relações com todos os campos da vida humana em sociedade na “capacidade de afetar as coisas” (FAVRET-SAADA, 2005), a necessidade de sua abordagem de forma emancipatória e para além de escopos normativos.

Aspectos agonísticos orientam início, meio e fim de praticamente tudo neste panorama investigativo e, a costura de integralidade e integridade desse conjunto de referências se dá pela própria proposta de abordagem dinâmica, múltipla e sistêmica que busco alcançar.

A pesquisa qualitativa de viés etnográfico [aqui, autoetnográfico (SANTOS, 2017)] que, ao dar especial atenção aos funcionamentos e lógicas intersticiais e simbólicas do mundo sociocultural, tanto como por possuir significativo acúmulo de observação, formulação e

sistematização teórica sobre/sob mecanismos cosmológicos diversos, se mostra abordagem profícua para análise de fenômenos com vistas a um entendimento amplo e aprofundado da hipertrofia existencial das dinâmicas de poder na definição dos corpos, o que aqui será transplantado para a instituição de ensino em questão, isso, para além de problematizações meramente formais comumente encontradas em outras abordagens.

Pelo acúmulo empírico experiencial, teórico experiencial, entre outros vários em diversos graus de sistematização e, sobretudo, pela inscrição epistêmica, cremos ser fundamental que sejam reconhecidas, promovidas e respeitadas perceber diversas vozes sob a força da narrativa, essa, em seus próprios termos, em variados lócus de enunciação e panoramas de significação, não obstante e justamente por esse reconhecimento, o foco da análise aqui proposta não se dá rumo às subjetividades nas usuais abordagens de cidadania, todavia, o foco da análise se pretende – na medida das possibilidades metodológicas, teóricas e caminhos legais disponíveis para tal – rumo a mapear comportamentos, práticas, discursos, inteligibilidades do poder corponormativo sob e sobre o vivido.

O Estado enquanto sensação e experiência (BORGES, 2012) será espelho para pensar instituição e ensino, que de 'mito jurídico moderno' (SCHRITZMEYER, 2005), coercitivo, intangível, e distanciado de seu caráter popular, este Estado possa ser abordado fenomenologicamente em suas presenças, heterogeneidade de vetores, disputas, agentes, campos de experiência mesmo no que costumeiramente não fosse visto enquanto tal nos temas aqui levantados.

Iniciando o adentro da experiência: diálogo com uma professora sobre adaptações didáticas e logísticas para participação em uma disciplina

Com o seguir de um dos semestres no curto tempo do mestrado, mais uma vez negociar para existir no devir estudante, desde um contato por email:

“Labirintos chatos... Sofro tanto nos movimentos solitários para forjar saídas, que acabo me vendo em diversos vórtices de congelamento emocional e psíquico pra diversos assuntos e demandas, muita coisa na vida pra dar conta, sei lá. Muitos

outros tempos e destempos - desterrados, nada de trágico nisso a priori, é a diferença ainda que sem lugar.

No mestrado e em N situações mais, em tudo certamente, a Deficiência massacra, naturalmente que não está no meu corpo, sabemos, mas na falta de suportes e acessibilidades diversas e interseccionadas, faltas interseccionadas... é algo bem sério e sempre com sabor de sem saída, apesar dos milagres e complexidades benditas.

Não sei o que dizer nem o que propor. Teço longos diálogos internos com você e outros docentes e/ou colegas de academia, pouco ou nenhuma rota para efetivá-los em realidade.

Penso que seria muito legal nos encontrarmos alguma vez e você me fazer perguntas, eu responder falando, tudo ser gravado para depois ser transcrito por alguém, sei lá... ou diálogos mesmo por chats via internet, porque vejo que a dinâmica pergunta-resposta me estimulaogicamente, a fala me é um transe caótico-fértil. Talvez esse tempo tenha passado, tudo bem.

Essa tentativa toda tem amadurecido muito meu horizonte reflexivo sobre 'Acessibilidades Expressivas' para irrestrita participação social de pessoas fisio, psico, neuro e etc., pessoas 'corpo atípicas', pessoas ainda vistas como 'atípicas'. Sonhos, afinal 'Acessibilidade Onírica' também é bem importante.

Pra finalizar, sinto de lhe enviar novamente o que há um tempo já te escrevi (em duas ocasiões): Bom, estou muito confusa e meio sem muita noção de tempo-espço, desde ano passado na verdade em que o mestrado começou e em que percebo uma progressão acentuada de minhas fragilidades orgânicas num contexto complexo de desamparo familiar, econômico, social, político. Meus esforços pessoais em sentido meritocrático/superação (porque é o jeito) tornam-se cada vez menos eficientes e já me expuseram e me expõe a muitas complicações, não obstante, sempre serão exigidos eu sei.

O tempo institucional e sua burocracia (patriarcal, corponormativo, etnocêntrico, classista) é um calvário pro cotidiano de pessoas sob atipicidades cognitivas, psicossociais, sensoriais, musculares e etc., ainda mais em contexto de exclusão socioeconômica...

As vezes posso conseguir comparecer à 'ocasiões presenciais', às vezes não; andar ali pela UnB, interagir e etc., me faz ficar muito tonta, com tremores, vertigens, espasmos, aumenta as dores, fraqueza, desordens auditivas/oculares e atraí incidentes emocionais. Fico me sentindo culpada por ansiedades e instabilidades que comprometem minha performance no espaço público, tudo e todís julgam muito (especialmente por causa do atravessamento do racismo) e isso sempre me machuca demais. Tô numa fase ruim de sair de casa, mais ainda, porque na verdade nunca foi

fácil pela ausência de acessibilidade social global e também de suportes específicos que são caros.

Bom, fazer fichamentos e roteiros também pra mim é um impossível torturante, pois meu ritmo de leitura é ultra lento, recortado, descontínuo e labiríntico, as sínteses intelectuais/reflexivas saem, mas em segmento e ritmo muito próprios.

(...) cada vez mais pra estudar preciso de companhia, um caminho de motivação e jeitos múltiplos pra acessar os conteúdos que preciso apreender (ler junto em voz alta, vídeo-books, rodas de partilha entre pessoas afins). Não sei como obter isso uma vez não podendo contratar assessorias (quando até os processos de cuidado/tratamento têm andado bem comprometidos por motivos econômicos)..."

Uma amiga surda acabou de defender uma tese de doutorado em Antropologia na UFSC chamada - '*Ler, (não) ouvir e escrever: uma autoetnografia ciborgue*'. preciso conseguir absorver o conteúdo dessa tese de alguma forma porque é munição urgente; **esse ethos do estudante, docente e pesquisador forte, abastado, capaz, produtivo, tão equilibrado e contido quanto uma perfeita humanidade nobre, adequadíssima e com tudo garantido no lar, esse ethos, ainda é muito ditador dos ritmos acadêmicos. A maioria das pessoas se mata pra caber nele e mal contesta...**

Ai, ai, mundo eurobrancocêntrico e patriarcal em seus nomes e sobrenomes da violência... penso que assim como (e diferente) o suposto gênero e as raças, a deficiência (na maldição necropolítica) seria da ordem da natureza e natureza é mals pra 'eles', muito mals.

Em graus diversos dependendo do caso PCD, sangues, vísceras, fluidos, químicos, tecnologias pra domesticar/civilizar órgãos, carimbos, leis que, pela vigília normatizante de uma suposta bioética médico-farmacêutica de controle corporal, temos de lidar o tempo todo num nível quase especialista sabe (um massacre), códigos temperados com fisiologia e anatomia em seus desmundos, burocracias mil, muita cobrança ou nenhuma autonomia; as instituições totais sempre rondam caso não se dê conta disso suficientemente ou não se tenha alguém próximo pra dar conta no seu lugar.

Tudo tanto, que só os fragmentos tortos de teoria social ciborgue e os conhecimentos dos povos não-brancos/não-modernos (seus saberes sobre as diversas formas de constantemente se tornar e trans-tornar corpo e pessoa), pra me acudir aqui.

Me valham as máscaras, adereços, ritos, magias e técnicas pra eu dar conta emocionalmente e seguir elaborando com justiça mínima, seguir dando conta de me defender pra mim mesma e pro cosmos desde essa hegemonia árida (as cobranças da meritocracia pesam em tantas mil línguas e roupagens).

Ter trabalhado com a Berenice Bento nos temas da Transexualidade também me ajuda no auto-acolhimento mínimo, já há muitos e muitos anos... Vi agorinha uns retratos das dores na Esclerose Múltipla caso fossem visíveis (meio chocante) e me confrontei com um temor/vergonha que achava não ter mais, arraigadas socializações corponormativas (minhas "governamentalidades" e "cuidados de si"?)..

Autoetnografia enquanto motivo

Ainda que sendo um método descrito desde a década de 70 (certamente se transformando muito desde então a depender do contexto e objetivos em que foi evocado/empregado), **é sob o elã contemporâneo em torno de análises desde das novas vidas na universidade que esse trabalho com autoetnografia (SANTOS, 2017; GAMA, 2020) se torna possível.** Como mais explorado adiante, o método aqui também é um modo indispensável de acessibilidade e ação afirmativa, é medida material de garantias fundamentais (SILVA, 2011).

Me valer de uma modalidade de método etnográfico para construção de minha tese de mestrado, ainda que em um Programa de Pós-Graduação em Direito, é algo que um tanto me assombra. Sendo graduada em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia e atuando enquanto antropóloga desde então já há alguns anos, o assombro em alguma medida se dá como autocrítica por preocupações de legitimação no sentido de consistência mínima (preocupação localizada, interseccional e subalterna, sabemos). Sem poder explorar mais a fisiologia deste meu assombro, a esse respeito devo reconhecer a boa vontade de certos segmentos da pesquisa jurídica em considerar e muitas vezes abraçar caminhos metodológicos e até conceituais testados e validados nas Ciências Sociais, isso já vem sendo feito largamente e há tempos, o que parece fazer muito sentido ante as missões de cada campo e subcampo de conhecimento, possibilidades e limites de trocas e multidisciplinariedade e, sobretudo, a *'contingência híbrida'* dos sistemas simbólicos em geral (BOURDIEU, 1983).

Ao fim e ao cabo, só tenho a agradecer a possibilidade histórica, coletiva e por direito de me apresentar como aqui farei, não sem me colocar e voltar sempre a intenção de um ângulo despretensioso e relativo.

O presente escrito, resultando do percurso de meus estudos e reflexões em nível de mestrado acadêmico, apresenta uma síntese da história de minha experiência institucional, social, fisiológica, logística, afetiva, espiritual e simbólica durante o Mestrado em Direito na Universidade de Brasília (2018 – 2019), sob o mote analítico de temas empíricos de minha vida de estudante PCD sob abordagens mínimas nas sensibilidades do Modelo Social da Deficiência.

Então, enquanto estudante com deficiência, estudante de baixa renda, mulher preta oriunda de comunidades populares e tradicionais, sexo diversa e etc., não há como esconder os limites de minha análise descritiva ante tanto entrecruzamento (AKOTIRENE, 2019), nem existe léxico para tentar ser fiel a todas as dimensões da distinção requerida. Assim, me declaro étnico-racialmente e etc., não por estar preocupada com uma “economia dos lugares de fala” (RIBEIRO, 2019) ou por abraçar a categoria “identidade” de alguma forma que me faça sentido e eu saiba justificar teoricamente, porém, é inevitável ir e voltar também na pluralidade descabente e encarnada do corpo que preenche essa narrativa, ainda que os diversos ‘marcadores sociais da diferença e desigualdade’ que me atravessam em geral, aqui sejam abordados somente enquanto aura e constem mais como valiosa perturbação (TSING, 2015). Parafraseando Bell Hooks, por esses tantos (HOOKS, 2013), *não seria eu uma estudante?*. Falemos de deficiência, desde a deficiência, na deficiência e para a deficiência, sobretudo.

1. CORPO, POVO, TERRITÓRIO E ETHOS. CARACTERIZAÇÃO GERAL E CONTEXTUALIZADA; COTIDIANIDADES PCD

As caracterizações estereotipadas podem até representar certas realidades corpóreas, afinal há organismos de muitos modos, contudo, surgem como uma forma limitada e limitante de “representação da alteridade” (BHABHA, 1998:107), em que “*o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo*” (idem, p.110).

O “*epistemologias com deficiência – uma autoetnografia das ausências*” é um tema que foi se fazendo em mim à base de desfazedoras, e ele veio por uma motivação muito boba, das pessoas raramente me verem no espaço público, que à medida em que meu corpo vai se transformando, com a progressão da Esclerose Múltipla, eu vou sendo cada vez menos uma pessoa do espaço público, e isso também tem a ver com a minha própria experiência étnica, processos iniciáticos e de passagem, nem sempre é possível estar objetivamente presente. E pessoas em geral sempre falam o clássico “você está sumida”, e eu falo “sumido está o mundo”. É a coisa da deficiência não estar no corpo, mas na barreira, esse mundo é sumido do que possibilita a minha vida. Toda vez que alguém fala isso, eu fico muito irritada, tem dia que eu fico simpática com essa irritação e tem dia que eu autorizo bastante a expressão da minha agressividade, certamente a depender também de N fatores bio-físico-químicos.

Depois de muito tempo sendo taxada como uma pessoa agressiva por vários motivos, de raça, classe e gênero (GONZALES, 1983), às vezes eu perco os pudores e não me obrigo a ser simpática, porque o capacitismo explícito, no sentido das pessoas fazerem comentários invasivos a respeito de minha condição corporal, falarem, “nossa você está tão mais bonita agora que a paralisia facial não se apresenta”, é muito autorizado socialmente e essas considerações são super agressivas. Assim, minha não presença nos lugares começou a me informar, a partir da reação das pessoas a essas ausências, sobre porque essas ausências aconteciam. Num primeiro momento isso me gera muita culpa, vergonha, medo, o que advém do capacitismo estrutural. De forma constante, eu pego emprestado as categorias dos estudos e ativismos étnico-raciais, porque é a minha experiência pessoal, política e sociológica mais corrente pelo tempo em que vivo a universidade, assim, para dizer que o *auto-ódio* que o

processo colonial engendra na gente é fundamental para que tenha eficácia simbólica e conformação material da experiência da racialização bem como de me perceber e ir sendo percebida PCD (Pessoa Com Deficiência). Talvez já num lugar comum conceitual, me parece impossível não citar Foucault para me elaborar nessas horas, no tocante ao quão concretas me parecem as *governamentalidades*, o *cuidado de si* e o *cuidado de outro* (TAYLOR, 2018) para que o plano do poder se estabeleça, então funciona muito bem, a culpa, a vergonha e o medo me tomam nesse jogo imenso e visceral, pelo capacitismo alheio naturalizado e tão bem aceito você se culpa muito e você quer se exterminar.

Eu gosto muito de uma frase que um grande amigo sempre falava que é: se você matasse a si mesmo mataria a pessoa errada, contudo, é muito fácil ser suicidado e ainda parecer que você que não aguentou, então, eu tenho processos de ausências muito antigas, desde o ensino básico, ensino fundamental, ensino médio, eu sempre fui a criança doentinha. É claro que as minhas ausências são completamente presentes de sentido para mim.

Um texto não acadêmico, de internet que não encontro mais, que foi muito importante para mim, ainda mais nos processos de acamamento, de encontrar o ativismo de pessoas com deficiência, fala sobre *a ideologia da não-deficiência e a mentalidade do zero*, no sentido de que as pessoas sempre olham o que certos corpos não fazem, baseado em tipo universal de corpos que fazem determinadas coisas. E é claro que a gente está fazendo várias coisas se estamos vivas, a partir do jeito supostamente diferente de perceber a realidade, então esse diálogo pode ser identificado como uma *auto-fenomenologia clivada por culpas, vergonhas e medos do auto ódio*. Seria um capacitismo engendrado, porque eu também fui socializada de uma forma extremamente corponormativa, capacitista, e isso é muito triste, porque se nós tivéssemos de lidar com o assédio só externo, não é que seria fácil, mas eu acredito que seria muito outra coisa. Sempre bate em algo que foi posto na gente.

O Estado, esse Estado que está dentro da gente, as leis que estão dentro da gente, o medo que está na gente, a hereditariedade dos traumas, é um processo que ocorre de forma muito lenta, até porque é muito difícil pensar tudo isso de maneira tão solitária. Você é colocado, sem perceber, no lugar de mártir contracultural. Essa é outra coisa que assedia muito, os corpos considerados estranhos, e eu já falo de um lugar de alguém que já foi diagnosticada, não ter diagnóstico então, torna ainda pior, fica ainda mais na sombra; um tipo

de tortura (SARTI, 2001). É o que a Butler (2015) fala em “*Corpos que Importam*”, que habitar certos corpos é caminhar pelas zonas sombrias da ontologia. Antes do diagnóstico isso é pior ainda, você fica se perguntando: ‘quem sou eu’? Não sou validado pelo Estado, pelos médicos, sabe? é muito! Aí vai para a ‘loucura’, que é um outro lugar também, que se aproxima e se distancia. Para mim, *saúde mental* tinha que estar mais próximo dos estudos da deficiência, pelo menos do que eu acesso, nos círculos de discussão no Brasil, sinto falta.

Fica tudo muito sem sentido, contudo, alguma coisa vai movendo e na minha experiência eu acho que não tem como não ser movida pelo meu lugar de uma mulher preta de ascendência afrodiáspórica e indígena do Nordeste brasileiro, do sertão do Ceará da minha família materna, de ter essa família que vive em interlocução com a comunidade dos espíritos [nos termos do Davi Kopenawa, na Queda do Céu (KOPENAWA e ALBERT, 2015)], há uma mediação entre o mundo ordinário e a “comunidade dos espíritos” e eu fui criada dessa forma. Desde criança então esse corpo estranho sendo significado com habilidades “xamânicas”, mediúnicas, místicas, me faz ter uma dupla entrada: a do anormal, do abjeto na experiência social e outra, quase um cargo de prestígio na experiência étnica (e um lugar de desespero na experiência racial). Então, com todas as precariedades dessas categorias e as contestações que elas já recebem há um bom tempo nas Ciências Sociais, étnico e racial é uma distinção que para mim tem força, porque pensar o étnico para elaborar minha experiência na deficiência é fundamental.

Acho que para outras pessoas talvez seja muito distinto. Eu fui entrando em contato num primeiro momento com muitas mulheres brancas com deficiência, de classes up, brasileiras, nas Ciências Sociais, que são minhas referências até hoje, a Adriana Dias, que é uma antropóloga da Unicamp, a Anahi Guedes, da UFSC, e depois num segundo momento a Kamila Sastre, todas antropólogas, uma surda, uma com OI e a outra também com esclerose múltipla.

A Camila é parda/mestiça, da Amazônia, que se aproxima mais da minha experiência, mais recente, e é muito diferente como a gente elabora, percebe e significa, não só pela multiplicidade de diagnósticos, que fariam da diversidade das anormalidades, da “lesão”. Até “lesão” é uma palavra difícil dentro da minha experiência étnica de significar as

particularidades do meu organismo, então dentro da experiência étnica, todas essas particularidades estão a serviço de algo que faz sentido dentro da comunidade.

Então, mediar essas entradas distintas e essas significações distintas, e ter que responder a todas elas é um desafio à parte. Eu gosto de pensar corpo – comunidade – ambiente - território como um continuum, algo talvez que Hampâté Bâ (1980), no texto “A tradição viva”, quando fala do mundo Bantu: “n’tu – muntu – bantu - ubuntu” (não é uma tradução para corpo-comunidade – ambiente - território), não obstante, para mim se aproxima de pensar um continuum, de a gente só existir ecossistemicamente, é difícil traduzir isso para o mundo branco. Eu sou *Kamali Caxêkwyj* e meu nome em português, de registro, Natália Maria Alves Machado, traz Alves da minha mãe, Machado do meu pai. A minha mãe não tem o nome da mãe dela, a bisavó dela só recebeu o nome em português com 60 anos de idade quando precisou vir para Brasília. Não tinha nome em português oficial, então tudo isso é a minha experiência familiar recente, direta. Muitas vezes me parece que nem todas as pessoas negras têm a experiência étnica tão viva e próxima, agora o racismo informa a racialização do corpo, é diferente. Muitas pessoas se aproximam... muitas pessoas não, digo que ainda falta bastante, pensar a deficiência a partir da raça, mas não só.

Não sei se é um apego, porém, é uma trincheira que é uma necessidade contemporânea da reflexão sobre deficiência no Brasil, mostrar a polifonia que não é contemplada. A maior parte das pessoas com deficiência no Brasil, segundo minhas últimas informações a maiorias das pessoas com deficiência no Brasil são mulheres negras³, todavia, que mulheres negras são essas? Me lembra o Menelick de Carvalho Neto (Professor da Faculdade de Direito da UnB) quando fala do ‘*direito à complexidade*’, que é bastante negado pela ausência de outros direitos e, na Antropologia do Direito, em um primeiro momento, eu entrei em contato com algo que criticava a lógica dos direitos, como uma gramática definidora da vida, ainda mais do direito pensado a partir do Estado, que, para a maioria dos juristas sim, a fonte do direito é o Estado. Numa perspectiva antropológica não (SCHUCH, 2012), na perspectiva dos povos menos ainda, tem outras coisas, parentesco aí seria central para pensar Direito, no sentido de

3 Ver: “*Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil*”, Ministério da Saúde, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/documentos/cin-thia-ministerio-da-saude>

distribuição, mediação, garantias, o lugar de cada pessoa, pensar em interdições, para pensar interdições protetivas geralmente, e varia muito.

Então, no início, lá na graduação, de pensar Antropologia do Direito, era crítica ao Direito como uma categoria tão definidora da vida, e de reduzir a justiça ao direito, o direito à norma, e tudo isso, várias fricções bem difíceis de traduzir do ponto de vista da etnologia. Não é interculturalidade, não é pluralismo, não é nada disso, é outra coisa. Eu acho que é a experiência etnológica com a “alteridade radical” (outro termo extremamente problematizável assim como etnia e raça, talvez). A dita *alteridade radical* coloca muitos limites nessas fantasias da interculturalidade, do pluralismo, da diversidade, até mesmo pensar o Estado Plurinacional, como a Bolívia tentou fazer. O Estado fica assim como se operasse feitiços (BORGES, 2012), todavia, com precariedade pronunciada frente a complexidade, gritante né, no que vivo, “*o rei está nu*”.

Os limites da experiência estatal, aqui pra mim enquanto sinônimo de acadêmico-institucional, são muito gritantes, o que não dá para romantizar e dizer que: “*a gente declara a partir de hoje isso não me determina, não está me subjetivando*”, não é tão simples, então é um esforço muito grande de tradução, mediação, porém, esse esforço é menos para dar uma resposta institucional e é mais para a minha cabeça dar conta de transitar por tantos lugares que me exigem um pronunciamento a partir da minha diferença, que é convertida em estigma a partir do que está posto por uma norma, então penso o corpo – comunidade – ambiente - território (mais do que penso), faltam palavras em português, as línguas ocidentais não dão conta ao que já ouvi falar e sinto fazer sentido; não que eu domine exatamente alguma língua não-ocidental, mas tenho experiências bem diretas e o *pretuguês*, como diria a Lélia Gonzales, pretuguês nas nossas famílias é total. Lá no Ceará há muitas palavras indígenas também até nas “gírias”, os índios do Nordeste me trazem muita familiaridade. Às vezes funciona mais, falo “pensar”, daí a gente não vai pensar, mas é “sentir”. A gente não vai sentir, enfim, captar e expressar a experiência da deficiência, no meu caso é especialmente algo de ordem étnica, como de alguém que existe, alguém que tenho nove irmãos (nove irmãos, nessa dimensão, não muitos outros). Duzentos primos, eu nunca tive quarto, coisas muito individuais, então não tem o pensar o corpo como uma unidade mínima, sujeito, garantias, não dá, então, para simplificar falo aqui desses modo sabendo que fica confuso, eu acredito que o faço com muita ajuda da ‘*comunidade dos espíritos*’, bastante influenciada pela

reflexão Yanomami, que me diz muito respeito, há uma ajuda em rede humana e outras, ajuda importante na elaboração da minha própria experiência.

É fundamental marcar o lugar da deficiência, da minha, da singularidade, da diferença, como algo em relação a um grupo, a um histórico, a um clã, a um território, ao histórico de migrações, de deslocamentos, a relação com os poderes constituídos. A minha linhagem materna, do sertão do Ceará foi à capital do Ceará e ao Distrito Federal, à Brasília em construção. A gente está o tempo todo interagindo com isso, mas não significa necessariamente que é esse isso que eu vou explorar mais. Essa realidade que determina tanto as nossas vidas, mais à frente, na lógica dos diagnósticos para mostrar que diferença é válida ou não no acesso a garantias supostas por parte do Estado. Lugar é muita coisa para a gente.

Às vezes temos a impressão de que os estadistas, os estatizados, estadenses compreendem pouco dos ‘espíritos do Estado’. Eu acho esse texto do Bourdieu, do *Razões Práticas*, extremamente animista, eu acho que se aproxima talvez de algo que para mim faça mais sentido, pois, tanta coisa está viva e se movendo formando e deformando a deficiência em mim pelos assédios do poder, assim, não é suficiente falar que “a deficiência está na barreira e não no corpo”. É fundamental sim, para mim entrar em contato com a objetivação externa da deficiência, foi um rito de passagem essa compreensão do Modelo Social que é bem vasta e antiga, refundadora na disputa do viver e morrer de cada dia, me ver nisso, “a deficiência está na barreira e não na lesão” é fundamental, claro que sim, só que: Quem diz isso? Quando diz isso? Desde onde diz isso? Com quem diz isso? Essas interrogações modificam completamente essa sentença (e eu acredito que interseccionalidade, polifonia, polissemia dos termos, disputa de narrativa e etc, ainda não dão conta, é outra coisa ainda). E bacana essa aflição, motiva, move a gente, leva a vida para frente, a incompletude.

Não é fácil, eu tenho percebido que tem crescido o campo dos Estudos da Deficiência no Brasil. Eu acompanho mais do ponto de vista das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, contudo, sei que na Pedagogia, na Psicologia, na Fisioterapia, nas Áreas da Saúde então mais ainda, é algo mais antigo apesar de ser muito diferente, creio que existam possibilidades e limites no diálogo com as Humanidades ou até com os Movimentos Sociais.

Quando digo “Movimentos Sociais” é desde um afeto de saber que são meu espaço privilegiado de reflexão e interlocução, de um jeito super estranho talvez, eu estou longe de ser a pessoa de palanque, eu funciono e participo das coisas pelas ausências quase sempre e sinto que isso me aproxima muito do mundo dos mortos e do mundo dos antepassados, e eu sei que às vezes eu até evito usar, no contexto do mundo branco, essas palavras, que elas estão extremamente desgastadas e esvaziadas, tipo ‘sociedade civil’. Fala-se “ancestralidade”, aí vem a exotização em cima, como se isso fosse a mesma coisa para os diversos povos. Não é. Mas só tentando ser mais pedagógica aqui nesse espaço, retomo: meu modo de existir me deixa mais próxima do lugar dos antepassados e dos mortos, porém, **quem disse que isso não é uma forma de estar vivo?** Que não é uma forma de existir?

Débora Diniz (2017) traz um poeta latino-americano como exemplo inicial em seu livro [que é basilar no Brasil na reflexão socioantropológica sobre Deficiência (DINIZ, 2017)], esse poeta, chileno, se eu não me engano Jorge Luis Borges, segue uma forma de estar no mundo e ser uma pessoa cega, e você percebe isso na poesia dele pois é ele em complexidade e inteireza. No meu caso, falar que conviver permanentemente com lesões encefalo-medulares que impactam, imprimindo atipicidades em todos os sistemas do organismo, falar isso é ok mas per se não diz nada sem contextualizar e exemplificar com vida vivida, pois para mim é uma cosmologia, contudo, sei que ela não é só minha, apesar de ser extremamente entranhada e singular. Faz sentido dentro do meu contexto, e eu só consegui chegar aqui, estar aqui, entender assim, assado ou não, os vazios que impulsionam, pois a participação da minha avó materna foi e é central com tudo que ela dizia, fazia, rezava, tinha um jeito de estralar os dedos para tratar de todo mundo com olhos fechados e no escuro.

Na minha família há várias pessoas com deficiência, o que corrobora o dado estatístico de que a maioria das pessoas com deficiência no Brasil são mulheres negras em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e geralmente os estudos estão preocupados em confirmar alguns dados, numa lógica da identidade, que também eu rejeito bastante, e que também tem muitas críticas contemporâneas do ponto de vista conceitual, a essa categoria da “identidade”. Há, ao que parece, um hiato temporal entre o que as Ciências Sociais estão produzindo, o que os movimentos estão reivindicando, o que as comunidades estão vivendo; o que as outras áreas fora das Ciências Sociais estão captando como contribuição inovadora (enquanto gente já está percebendo a mesma coisa enquanto categorias super em desuso na disciplina). Aí isso

tudo do conceitual minucioso, aqui, eu acho que já não preciso dar tanto conta não, porque já é mediação demais; eu observo essas querelas e percebo, tenho que dar conta disso como profissional minimamente, mas, aqui iria trair o intento. Bom, concluindo, além da validação, e as políticas públicas também são importantes, em algum momento temos que lidar com “a lógica da identidade, “ou nada”, na lógica também de um “estatisque-cismo ou nada”, (de estatísticas para tudo), sem embargo, a gente lança mão disso tentando deixar uma brecha para dizer que não é bem isso o principal.

Então, as diversas pessoas com deficiência na minha família, quando eu falo deficiência aqui, leia-se, além da barreira que está na sociedade, uma diversidade cognitiva, perceptiva, sensorial, motora, que é uma diversidade de se relacionar com a comunidade, é uma diversidade de se perceber no território, de constituir o território e compor o território. Minha família tem muita gente, então, deficiência em mim e sobre mim e para mim é absolutamente da ordem do corpo – comunidade -ambiente - território como um *continuum*.

2. ENCONTRO COM A PÓS-GRADUAÇÃO, ANSEIOS, FRICÇÕES. POSSIBILIDADES ENTRE OS LIMITES?

Uma amiga recentemente me perguntou qual era o meu tema de dissertação, e eu falei sem entrar muito nos méritos, porque modos “experimentais” de estar na Universidade, mesmo nos setores ditos progressistas - eu odeio essa palavra -, favoráveis aos direitos humanos e tudo, é uma coisa que parece que fica na clandestinidade até ser amplamente aceito, e eu falei que era falta de acessibilidade no ensino de pós-graduação o meu tema, e ela falou: “nossa mas é muito metalinguístico, estar numa pós-graduação falando sobre pós-graduação”. Isso não é raro ora pois, acontece bastante, só que, eu nem sei em que momento isso se deu, mas me parece óbvio né, ainda mais no Direito, que eu estava vivendo na pele, tudo que eu estava passando no mestrado, tinha um potencial jurídico. E é muito difícil, essa palavra nem existe, porque pensar *direito, justiça, o jurídico e a lei, a norma*, não é a mesma coisa, então, lógico que esse tema e o processo que o gerou não é um grande potencial de se estabelecer enquanto norma, não, sei que não. O potencial de se estabelecer enquanto ordenamento, não, é um contrassenso. Ou um grande potencial de se estabelecer enquanto possibilidade, aí talvez sim.

Buscando textos sobre o que é o direito, até perguntando para juristas, já que eu não sou jurista. Tampouco eu como cientista social saberia escrever o que é a sociedade ou a cultura ou a política, até parece. São temas em disputa, assim como saúde, para os profissionais de saúde, os médicos e etc. Uma das coisas mais recorrentes nesse processo é, da minha parte, um estranhamento permanente do que seja esse “direito”, o que não quero me ocupar, tampouco sobre como ele deva ser ensinado, acho que são discussões caras para os juristas (WARAT, 1982) mesmo, estar nesse lugar meio como estrangeira permanente, como forasteira, faz com que algumas coisas não tenham tanto apelo emocional e não fazerem tanto sentido intelectual para mim. Assim como discutir pós-alteridade para quem está fora da Antropologia, ou anti-Antropologia, que não faz sentido usar a ideia de cultura e etc., acho que para quem está de fora, e mesmo para quem está de dentro, pelo menos fora do debate conceitual, não seja tão instigante. E eu tenho uma vertigem em realmente compreender essa coisa de interdisciplinaridade, isso me passa uma grande desconfiança.

O tema aqui talvez seja muito suspeito (HOOKS, 2014), acho que percebo também, é muito suspeito, e muita coisa que hoje a gente conta quase como um dado no campo das garantias institucionais e outras, já foi suspeito. É um tema suspeito. Epistemologias com deficiência. Epistemologias com deficiência? Uma autoetnografia das ausências – notas corporais sobre ensino jurídico, diferença, acessibilidade? (eu sempre me confundo com esse título, não eu sei do que eu estou falando, porque é visceral) não que a gente consiga elaborar racionalmente tudo o que se vive, ou que a gente seja um super elaborador a respeito da própria realidade, claro que não, mas seria como atropelar uma escala de prioridade se eu falasse de qualquer outra coisa, seria como silenciar alguém e esse alguém sendo eu mesma (eu-rede-continuun).

Aprendemos nas tradições liberais, com a grande influência cristã (não obstante a laicidade do mercado), que a gente não pode ser focado em si, mesmo quando tudo funciona de forma absolutamente egocêntrica, egocêntrica na cultura né, cultura entre muitas aspas, aquela que há pouco citei enquanto uma categoria talvez já frágil e também cara ao debate antropológico. Então eu vi que não podia deixar passar, é lógico, com a influência da minha orientadora me encorajando e vendo potência sociológica na minha experiência tem grande impacto, mas a escolha do tema talvez fale bastando do que que eu estou fazendo na pós-graduação, o que é a pós-graduação assim e passei o tempo todo me questionando muito a respeito disso porque, enquanto pessoa com deficiência múltipla, são múltiplas barreiras, haja vista que a Esclerose Múltipla como condição central fragiliza todos os sistemas do organismo.

As pessoas questionam muito, você traz a demanda de acessibilidade e tem todo um esquema ao redor falando “então por que que você veio, por que que você está aqui?”, então, eu me senti o tempo todo interrogada por toda a logística, pelos afetos, desafetos, “O que que você está fazendo aqui? Aqui não é o seu lugar”, e não é parecido com como é na raça, não é parecido. Ao contrário do que se pensa, não é tão parecido. Eu tenho defendido que é muito mais parecido, na minha opinião, com como na ideia de etnicidade, barreira por condição corpórea enquanto um deslocamento étnico para mim faz muito mais sentido. Não que essas coisas estejam separadas, porém, eu acho que tem que vir com essa força de cosmologia, a parte do corpo, e o corpo.

Já é difícil demais viver todas essas coisas e é difícil entrar em contato com uma sopa de categorias; tem que usar com aspas, tem que usar três pontos, escolher sinônimos, então estou optando por não fazer um debate muito extenso sobre a noção de corpo, (corpo e pessoa, que também é clássico nos estudos sociais). Eu me lembro de que eu fui interrogada quanto a isso mais ou menos há uns dez anos atrás, apresentando um trabalho sobre mulheres negras, que a gente fala de corpo, de hiperssexualização, de corpo para o trabalho, corpo, mas que corpo é esse do qual tanto se fala? Na época eu criei até algumas elaborações poéticas a esse respeito, mas não me debrucei profundamente a rejeitar ou abraçar coisas que me ajudem a definir mais o que é o “corpo”. É um colapso da minha experiência radical, o corpo.

Não sei se, se eu tivesse muito mais suporte, eu escolheria esse caminho de pensar profundamente, *corpo* conceitualmente/teoricamente, eu acho que sairia do foco, porque eu continuo muito focada em pensar uma Antropologia da Política hegemônica, do Direito, dos direitos, e eu acho que se, daqui, me dedicando muito a definir “corpo”, poderia cair numa digressão para um lado oposto ao que eu estava querendo tratar e tudo isso é muito trãnsfugo, é muito.

Se fala que o cientista social o tempo inteiro está “dentro do tubo de ensaio” porque a gente não tem como sair do experimento analítico nunca por mais que se tente. Eu acredito que não se possa abrir mão de exercícios de distanciamento, não sei se distanciamento é a melhor palavra, mas ok, distanciamento mínimo, se estranhar, se colocar em suspenso, eu acho que a gente ainda não pode abrir mão disso, todavia, é mais do que estar dentro do tubo de ensaio para qualquer criatura que se dedique às Ciências Sociais, ou uma ciência social sobre a ciência social aplicada, como é o caso do Direito, que aí, nossa.... Não dá, é fisiologicamente impossível, a reflexão tem um custo fisiológico muito grande. O corpo vai responder literalmente a esse ou aquele caminho de reflexão e isso vai precisar de suporte, se não tiver suporte, vai ser deficiência, então não sei se são escolhas conceituais aqui, não sei até que ponto estou podendo escolher muito.

Mesmo sendo uma autoetnografia (o que também me gerou alguns incômodos,) assim, sobre não entender muito bem e não ter deixado muito claro a diferença entre autobiografia e a autoetnografia (MELLO, 2019), eu consigo perceber, enquanto etnóloga, a diferença quase intuitiva, entre autobiografia e autoetnografia. Quem convive comigo sabe que eu já vivo as

minhas situações de uma forma muito etnográfica, que eu já me coloco assim, como se eu fosse uma personagem de mim mesma, sem que isso seja um distúrbio de autenticidade... é porque não dá para ser de outra forma, não vejo como. E por ser colocada e ser vista e acabar me vendo como “pessoas críticas”, “sujeitos críticos”, enquanto os que vivem várias encruzilhadas, imagens e entroncamentos, como eu ia tirar de mim mesma a possibilidade de analisar mundos e situações a partir disso?

Claro que não, nem se eu quisesse. E tudo bem né, do ponto de vista étnico-racial, eu já tenho convivido com as acusações, desde meados dos anos 2000, eu e vários colegas, de sermos profundamente parciais nas escolhas temáticas, só que como pessoa negra, daí, não sou vista com tanta desconfiança na deficiência quanto sou nas temáticas da raça, então o meu lugar de “outro” já é muito ocupado pela racialização e aqui se torna supostamente mais passável trazer-me enquanto narrativa. Tenho vivido essa experiência no incômodo também com os estudos sociais da deficiência que, pelo que eu tenho acompanhado até aqui, seriam muito brancos e muito da elite socioeconômica, assim fico outra e nem tanto.

Vamos parar! Afinal, que pessoa com deficiência, meu deus do céu, morando aqui (estou pensando tudo isso numa paisagem aqui, de periferia no momento, depois estava na zona rural, estava em vários lugares) que pessoa com deficiência da classe D, vivendo em termos de salário mínimo, vai ficar pensando essas coisas? Não vai, não faz o menor sentido. Há outras questões, há outras urgências e elaborações. Não é que não tenha Ciência, mas, para o bem, para o mal, fui levada a isso aqui “que não combina”. Então, no meio disso tudo, o que diabos é a pós-graduação e o que que eu estou fazendo nela? Ainda mais uma pós-graduação em Direito...?

A primeira coisa que eu respondo é um senso de oportunidade, e um custo de oportunidade. A carreira acadêmica, para a maioria das pessoas que termina a graduação, é algo muito incógnito até porque eu observei, durante toda a minha trajetória na universidade, um grande descompromisso institucional com o ensino, com o formar e preencher de sentido a presença no espaço acadêmico. Eu sempre vi grandes diferenças entre o ensino superior e os outros graus do ensino porque ensino, pesquisa e extensão, além de ser uma questão constitucional, também é uma questão estratégica de soberania nacional (tanto que na Lei 8112, você pode fazer concurso público somente se você for brasileiro, exceto para carreira

acadêmica), então é uma grande má fé quando se tenta significar o processo do ensino superior meramente como questão educacional, pedagógica, não obstante a CAPES estar no MEC nas coisas da fisiologia institucional. Então, observei isso rápido, trabalhando com os processos de inclusão no ensino superior, e na pesquisa pelo viés da raça e da etnicidade que eu faço parte dessa geração que foi levada a lidar com muitos idiomas do existir na universidade antes do “fazer sentido” aparecer.

Assim, as coisas sempre foram muito cheias de sentido, diferente do que eu vi na maioria das pessoas que estavam no ensino superior e na pesquisa para reproduzir ou ampliar seu capital simbólico e econômico, ainda mais em cursos que não são profissionalizantes, como é o caso das Ciências Sociais. É tudo muito não pronunciado, a gente sabe que isso é muito perigoso, aprendemos foucaultianamente a desconfiar dessas estruturas não pronunciadas, e aí, quando terminei a graduação, foi muito difícil. Tive o diagnóstico de Esclerose Múltipla no final da graduação, tudo muito burocrático, tudo muito na lógica da saúde e da doença, do normal e do patológico, a ideia de que a doença é um estado de exceção, e as instituições continuam funcionando com regularidade. Não é assim, nunca, não é, não tem como ser.

Eu saí da Universidade, da graduação, o que já foi um milagre clivado de negociações de todos os tipos para mim e para quem eu precisei me relacionar, e não fez sentido algum seguir direto na carreira acadêmica, principalmente porque eu não via nenhum caminho de acessibilidade, não percebia nada como sendo possível para mim em termos de acessibilidade terapêutica, acessibilidade logística (em como eu entendo acessibilidade e como eu criei subtipos para me relacionar com a ideia de acessibilidade, com o conceito).

Eu fiquei muito tempo fora, sob criatividade de subsistência, contando com assistência social estatal, redes de apoio e também de articulação social e política no ativismo, e com formas de ir “me virando”. Outras formas faziam muito mais sentido, então a pós-graduação foi para longe, bem para longe, ali no começo dos meus vinte anos, vinte e dois, vinte e três anos, e eu estava na Universidade havia um tempo, desde os dezessete já, então era um modo de vida mesmo, não tinha como não ser assim. Mais uma vez, digo que eu precisei escolher esse tema por senso de prioridade.

Organizar por prioridade é afirmar a vida, mas é claro que sim. “*Floresta não é sobre árvore, é sobre relações*”. Eu acho que vou repetir isso durante toda essa reflexão, a metáfora da floresta ser sobre relações. Aí alguns anos após concluir a graduação, quando eu retorno para a pós-graduação muitas coisas aconteceram, muito dura a exclusão laboral, a exclusão laboral das pessoas com deficiência é muito dura, e como num sentido totalmente prático, pensei em construir um caminho de trabalho, de profissionalização. Muitas pessoas falando que era muito mais leve do que outras ocupações (inocentes).

Nesse tempo eu entrei em contato com a discussão sobre o *emprego apoiado*⁴, sobre permanência, até mesmo na questão das cotas para pessoa com deficiência, que é muito anterior, no Brasil, à implementação de cotas étnico-raciais por exemplo, e estava vivendo na pele a questão da permanência. As instituições não querem se modificar, e às vezes as políticas de acesso são profundamente perversas, quando não, já lidam desde o começo com a questão da permanência, em amplo sentido.

Então eu fui um pouco inocente, entre aspas, no sentido de não conseguir prever o quanto que não era ok a pós-graduação para mim, especialmente por questões de classe, condição orgânica e etnicidade, mas a pós-graduação então, **o que é uma pós-graduação?** Ainda mais depois da democratização do acesso ao ensino superior, e os recentes ataques, eu duvido que alguém advogue em torno de um sentido universal para a educação superior, até porque eu acho que quem se preze está numa forte crítica à lógica da escolarização e a um abraçar obstinadamente moral da ideia de ensino, igual a de “trabalho dignifica o homem”, isso é uma ideia de desenvolvimento, moral, bons costumes e afins.

Ao que me parece, a ideia de escolarização é muito perigosa, contudo, como não a defender? Lembra algo como o drama dos direitos humanos, a tensão entre o universalismo e o relativismo cultural: “ruim com eles, pior sem eles”; ainda assim, é muito arriscada a lógica da escolarização. Então a pós-graduação é, assim como tudo, talvez um pouco mais, ainda mais o tanto que é algo jovem o ensino superior no Brasil cronologicamente, esse caldeirão.

⁴ “*O Emprego Apoiado é uma metodologia que visa à inclusão no mercado competitivo de trabalho de pessoas em situação de deficiência mais significativa. A modalidade respeita e reconhece suas escolhas, interesses, pontos fortes e necessidades de apoio*”; Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/2019/03/voce-sabe-o-que-e-emprego-apoiado/#:~:text=O%20Emprego%20Apoiado%20%C3%A9%20uma,fortes%20e%20necessidades%20de%20apoio>.

Eu sei que, sobre tudo isso que eu estou falando, várias pessoas já escreveram muitas coisas, mas acontece que essas várias coisas não me valeram diretamente e não chegaram até mim, eu não percebi. É claro que, por exemplo, eu ser bolsista da CAPES durante o mestrado, eu sei que tem um monte de gente, um monte de coisa por trás e é uma conquista, inclusive eu mesma, nos anos anteriores, na luta por democratização do ensino superior, muita gente, história. Eu sei que as normativas todas estão atuando quando a gente está percebendo e quando a gente não está percebendo, porém, eu sei que muita gente falando muito sobre acessibilidade educacional não chegou até mim, não tornou o processo da pós-graduação algo menos penoso.

Então eu estou falando com assombro quase de quem está vendo pela primeira vez, o que cientificamente é recomendado né, esse estranhamento permanente, não obstante, eu sei que existem pessoas falando sobre todas essas coisas exaustivamente, e algumas questões que me intrigam, para algumas pessoas talvez já seja ponto superado no debate, porém, isso não chegou até mim... que durante esse tempo também vinha, desde a época do diagnóstico, me articulando, especialmente no ativismo virtual (SILVEIRA, 2016).

Eu, durante longos períodos, e várias outras pessoas que ficam na cama, e é de lá que fazem as coisas, observam o mundo e as rotas, os modos de territorialização política, que se dão de modo muito específico. E já venho sendo considerada e me considerando alguém que faz parte do movimento de pessoas com deficiência há muitos anos. Mesmo assim não chegou tanto o arcabouço de N análises sobre deficiência e temas afins, o que fez eu perceber que estava sendo ouvido, (ouvido entre muitas aspas, na medida do possível, que o racismo permite), sendo ouvido outras coisas, com muito assombro, pelas pessoas dos movimentos, então acho que não está chegando a muita gente.

Novamente, vamos lá, por mais que possa parecer banal, excessivamente metalinguístico, com muito mais perguntas do que respostas e esse tema, e a minha orientadora mais uma vez garantiu, eu me perceber nesse ramo do ensino jurídico (LYRA FILHO, 1980 e SOUSA JÚNIOR, 1996), que já é algo que existe uma tradição, não só dentro da Faculdade de Direito da UnB, mas no espaço acadêmico do Direito em geral. Pela própria perspectiva das dignidades fundamentais e uma série de coisas, foi possível eu me inserir, era possível para sustentar institucionalmente dentro das linhas do programa, ok, vamos, vamos,

mas a gente vai fazendo essas amarrações e diálogos mínimos, até inevitáveis, Há essa relação confusa com o cânone por parte de pessoas profundamente marginais, segundo a ótica que considera que o cânone o é, é isso, e quem iria me impedir e com qual justificativa?

Deste modo, eu acho que se eu fosse tentar formalizar a reflexão sobre o que é e o que deveria ser uma pós-graduação, ainda mais na perspectiva da deficiência, acho que eu consideraria algo não muito diferente da graduação, até porque no Brasil é muito bagunçado, ainda mais, há cursos técnicos, tecnólogos, cursos de curta duração, cursos profundamente tecnicistas, cursos profissionalizantes, cursos que já visam o mercado, que têm uma relação entre o público e o privado profundamente obscura.

A universidade tem muitas questões. O acadêmico faz mais sentido para mim, a pós-graduação no sentido da pesquisa, contudo, continuam existindo pessoas lá mesmo quando existe pesquisa, sim, pessoas fisiologicamente falando embora pareça que não (e eu nem acho que a categoria pessoa seja algo extremamente superior, por exemplo, à ideia de animal ou de coisa, se pensarmos novamente algumas tradições do pensamento etnológico, e vários povos em que isso nem passa perto de ser um drama, e várias pessoas que, por exemplo, eu já vi no hospital em situação de acamamento que dizem, *“pessoa? Tô nem aí, olha aqui como é que eu tô, olha como é que estão me tratando né, olha o que que eu estou tendo e o que eu não estou tendo”*).

Sim, a pós-graduação continua tendo que lidar com seres fisiológicos, emocionais, localizados, que geralmente comem, respiram, tanto quanto na graduação. Então, esse meu encontro com a pós-graduação é como que sequenciado, é uma outra idade, talvez até algumas outras preferências alimentares diferentes, mas ele não difere tanto da graduação, que eu continuo sendo alguém que faz parte né, de algo como *“Os condenados na terra”*, esse título do livro do Fanon (1968), que eu gosto muito para sentir e usar na minha vida. Não só o título, claro que pensar o processo colonial todo, ainda mais numa perspectiva transnacional, de uma potência como a França, realmente não é tão distante, tão abstrato, se tenta construir uma relação de causalidade que gera algumas vidas tão impossíveis como socialmente fica parecendo que a minha o é, o que é chato também afirmar sem dar razão a esse genocídio todo.

Mas então, a pós-graduação para mim é: Hoje que eu consigo ter um distanciamento e penso, o que que eu vim fazer aqui? Ainda mais... eu tentei fazer outras coisas, porém, tive que voltar para a universidade, acho que fiquei, entre 2011 e 2015... quase oito anos entre uma coisa e outra, o que é bem raro.

Há um *status quo* em seguir linearmente a carreira acadêmica. Eu já achei isso uma furada, eu já tive um compromisso com outras coisas, profissionalização das Ciências Sociais, a relação com os movimentos e com as comunidades, e sem abrir mão de reivindicar tudo isso como ciência, como saber válido, como algo para disputar inclusive a norma quando for preciso, o saber tácito, entre outras coisas.

De fato, poder nomear essas coisas todas do *mundo da vida* virou um dos meus deleites em me afirmar como antropóloga. Hoje eu reflito mais que é como um emprego, para mim foi como um emprego, talvez um emprego que una várias coisas, eu acho que os empregos todos têm essa possibilidade, as pessoas podem se sindicalizar, elas podem realizar projetos tendo seu espaço, elas podem acusar os abusos que acontecem lá, elas podem discutir o método de realizar esse ou aquele ofício, e essa lógica do emprego, ela é, é isso né, acho que é um senso, eu costumo chamar de “razão prática sem dramas”, a relação que pessoas de classes populares, pessoas sob exclusão socioeconômica, desenvolvem com a Universidade. Eu acho que isso leva a gente para um outro lugar da reflexão desde o começo.

É preciso garantir que as pessoas estejam vivas, no sentido de: Vivas como? Respirando, se alimentando, o sangue correndo. Isso gera muita agonia, esse excesso de simbolização, de elaboração, como se a gente estivesse pairando em abstrato. Seres fisiológicos. E ninguém vai dizer que, por exemplo, a violência simbólica, a violência psicológica, tantas coisas que a gente disputou tanto, tanto no movimento de mulheres quanto negro, e também no pensamento produzido a partir desses grupos, que o simbólico não seja concreto. Isso tudo não dá conta, simplesmente não dá conta dessa experiência, e quando eu elejo, eu, que sou uma mulher negra de ascendência afrodiáspórica, indígena americana e outras que eu desconheço por efeito dos etnocídios da vida, uma mulher, que é uma outra categoria super insuficiente, não heterossexual e etc. Essas categorias fazem cada vez menos sentido para mim, não só porque se sustentam pouco programaticamente, mas por que a vida

vai sendo sempre tão, tão, tão outras coisas e pedindo outras coisas, e demandando atualizações.

Então quando elejo a deficiência como um tema de prioridade em urgências da vida e demandas da morte, é uma eleição que não é uma eleição. Que é. Que acontece o tempo todo. É o que eu dou conta. Gostar eu gosto, querer eu quero e precisar eu preciso. Eu acho sempre profundamente radical refletir sobre as temáticas da deficiência, profundamente radical, instigante, cientificamente relevante, eroticamente realizadora, então dá para dar uma desentediada em algumas coisas (Uma gestão do tédio é uma acessibilidade fundamental para mim, porque espaços institucionais são altamente conformadores, ai que tédio. Mas, nossa, tem um poder central atuando aqui então, que massa, já me animo e a neuroplasticidade agradece...). Eu preciso ir no rastro do que se renova, porque se não, não há neurotransmissores que deem conta, e a questão de não repô-los abundantemente aumenta as barreiras, além da impossibilidade farmacológica de fazer [eu defendo ferramentas não-farmacológicas como uma opção terapêutica e porque é caro também, mesmo se funcionasse (SILVA, 2018)]. Sobre fármacos como opções de cuidado e controle dos “corpos que escapam”, em maioria eu nem sei se funcionam ou não na alta complexidade (onde a Esclerose Múltipla se insere), porque eu não consigo acessar economicamente tudo o que poderia, como cuidado para mim. Mas eu não consigo fazer um simulacro de relevâncias, tudo vai acontecendo.

Enterrei muitas pessoas, vi muita gente morrer e muita gente ser morta, enfrentei experiências de quase morte algumas vezes nos meus itinerários nos serviços de saúde, é um outro papo todo sobre violência institucional, sobre violência étnica também. Os modos de cuidado e gestão da vida ficaram profundamente nas mãos das ciências da saúde, e isso é péssimo, é da ordem do etnocídio financiando os genocídios. Então, nas negociações necessárias e possíveis no meu dia a dia, me relacionar com tudo isso, uma vez que eu venho parar na academia, especialmente no nível de pós-graduação, é algo que é inevitável. E eu realmente não estou querendo disputar os sentidos da educação, tampouco da educação superior, tampouco. Não estou, eu sei que tem muita gente fazendo isso, fazendo bem, ou nem tanto, acho que sim, tem gente muito respeitável fazendo isso, mas é outra coisa. Talvez eu nem saiba qual seja essa coisa, porque a relação, por exemplo, de fazer uma revisão teórica

aprofundada não é possível de um modo que possa ser lido como clássico, pois é profundamente custoso para o organismo, a não ser que você tenha um aparato “cyborg” nível Stephen Hawking⁵ (MIALET, 2012) que ficou como um símbolo da meritocracia associada à deficiência (sem questionar seu talento, obra e legado, mas como o evocam uma vez homem com deficiência e também como um diagnóstico chamado Esclerose, só que a Esclerose Lateral Amiotrófica, outra condição), como se isso não fosse fruto de um extremo poder econômico, étnico-racial e de gênero do qual ele podia se valer para atenuar barreiras. Um “corpo atípico de sucesso”, segundo os parâmetros da corponormatividade, da opinião pública e dos diagnósticos médicos.

Sobre escolha ou imposição em torno da relação com a revisão teórica, aprendi também a valorizar a força da narrativa *per se* e apostar nisso, nisso então, é real, é veraz, mais do que real. É o que acontece comigo e pelo menos o que eu consigo concatenar, o que eu consigo organizar, elaborar de uma forma mínima no limite do limite, a participação acadêmica sempre foi com muitos atestados, reivindicando adaptações, lidando com o despreparo generalizado das instituições e seus agentes. Pode ser lido também, que já atende pessoas realmente, teoricamente, com esforços bastante bonitos fazendo tudo a nível teórico sobre a importância da narrativa, e revendo o esquema mais do que batido de divisão do trabalho intelectual que divide “dados” e “análise” ou “empíria” de “teoria”, então essa reflexão minha aqui aposta muito na força da narrativa.

⁵ “Stephen William Hawking foi um físico teórico e cosmólogo britânico, reconhecido internacionalmente por sua contribuição à ciência, sendo um dos mais renomados cientistas do século XX” (1942-2018). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Stephen_Hawking

3. MICRO-POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNB ENQUANTO ESPELHO DE MINHA EXPERIÊNCIA - APROXIMAÇÕES E DESVIOS

Estou optando por não fazer compartimentações assim, ‘agora isso, agora aquilo’, tipo os endereços de Brasília, setor de tal coisa, setor de tal coisa. A minha reflexão flui mais de modo sinestésico, e realmente é difícil para mim saber até que ponto isso é uma opção e até que ponto isso é uma contingência, e até que ponto isso é o que é, na minha constituição biopsicossocial, por ser quem eu sou e meu corpo ser como ele é. E eu fico refletindo, nesse esforço para o trabalho final sobre como organizar e categorizar o pensamento, e isso é extremamente angustiante. Cursar um processo todo sob várias culminâncias e depois uma culminância final é algo realmente muito angustiante.

Eu tenho a sensação de que pensar, tipo, ante barreiras e possibilidades, na minha experiência com a pós-graduação é pensar entre barreiras e barreiras. Eu sei que não é assim, se fosse assim eu não estaria lá, porém, a sensação que me dá, o sabor que me fica é esse, barreiras, **barreiras e muitas armadilhas**. Mas é claro que não é assim. O fato de eu ser oralizada, o fato de eu ter momentos que são classificados, do ponto de vista médico (GAMA, 2019) como déficits cognitivos, na verdade nem precisam ser déficits cognitivos, viver com dor (SASTRE, 2018) e produzir reflexão é uma coisa super complexa e eu vejo um profundo despreparo social amplo para lidar com essa realidade.

Então, entre barreiras e barreiras, eu fui indagada e me indago muito de “por que no Direito”. Eu falei em outro momento que é custo de oportunidade, mais do que disciplina X ou Y, especialmente no campo das humanidades, é atrás de pessoas e temas, docentes que estão lidando com um certo horizonte, mas no meu caso realmente foi uma movimentação institucional de ação afirmativa na Faculdade de Direito por parte dos discentes, docentes, grupos de pesquisa, que me atraiu muito, contudo, não é só isso né, eu já vinha numa trajetória.

Não sou do Direito, mas sou uma pessoa por direitos, sem que isso valide da minha parte uma “gramática dos direitos”, uma lógica dos direitos, porque seria o desejo pela falta. Às vezes essa lógica dos direitos, e tudo ter que ser feito assim, é como se fosse ter que lavar

um etnocentrismo, a forma de organização social moderna de base eurocêntrica e colonial. Mas **eu tive que ser uma pessoa dos direitos** e dominar minimamente disputas, pleitos, reivindicações, frente aos diversos níveis do poder institucional, até certa escala, geralmente numa escala pré-jurídica, contudo, tendo que lidar com normas, com o funcionamento das coisas, com observar as criminalizações ao meu redor, reagir ao poder, então isso me fez ir me tornando uma pessoa dos direitos.

E a experiência com a deficiência mais ainda né, porque quando você é pobre e é considerado uma pessoa anormal, tudo você precisa provar, você precisa justificar, você precisa organizar, e haja vista a exclusão socioeconômica estrutural e crônica por motivo de raça por exemplo, de uma família não-branca e empobrecida, eu tive que, eu não sei, parece que eu fui uma encomenda dos ancestrais como uma pessoa que seria mediadora, minimamente. Tem gente que é mais, tem gente que é menos. E correr atrás de me manter viva e também um pouco manter vivo o meu contexto, que é a mesma coisa, em algumas camadas.

Foram várias convergências, nada muito especial, mas também nada muito aleatório. Antropólogos orientando no Direito, eu tenho essa identidade profissional muito forte como antropóloga e uma espécie de encabulamento, por não ser bacharel em Direito lidando tanto com temas jurídicos. Foi com essa coisa que eu aprendi, dentro do campo de conhecimento, que seria bom ir para outros espaços institucionais procurando pessoas e temas. Não obstante, eu migrei os meus interesses radicalmente para os temas da deficiência pelo que eu vivo todo dia, toda hora e pela minha luta cotidiana mesmo, que não tem nada de “que lindo, de louvável”, não tenho orgulho disso, é um saco. É algo foi acontecendo, realmente não dá para explicar tudo.

Nas minhas reflexões sobre autoetnografia e autobiografia, sem dúvida que na autoetnografia a gente faz recortes, e pensa a própria experiência e se pensa a partir de certos temas dentro dos itinerários da gente. Dentro desse tema, de fato fui percebendo uma espécie de seções e camadas da experiência, de natureza profundamente social, cultural e política. Então, não tenho uma resposta mesmo de por que pós-graduação, por que no Direito (LYRA FILHO, 2017), e realmente não tenho grandes pretensões nesse quesito de compor uma crítica

nos marcos disciplinares, sem embargo, eu também não acho que a minha presença nisso tudo é por acaso.

Enquanto estou falando aqui por exemplo, eu estou sentindo um monte de coisas no corpo, e **tendo que organizar neuro-fisiologicamente, é me submeter a um nível de violência para denunciar a violência e é mais do que isso também, não é só denúncia. “Ciência e Política, Duas Vocações”**, como diria o Max Weber (WEBER, 2011), mas não... é algo que acontece e a gente vive as coisas. Voltar para revisitar a própria experiência, mesmo que seja a experiência de outro ou a ideia de alteridade, também não é muito fácil, o custo emocional é muito alto, e ele geralmente não aparece nos trabalhos, porque tem umas pressuposições para os trabalhos de pesquisa, como a Anna Tsing coloca quando etnografa os cogumelos pós-atômicos, o produto final não mostra o território devastado, e pressupõe-se que um estudante de universidade, especialmente do ensino superior já tenha uma série de garantias, quando não é verdade.

Não se pressupõe que nós tenhamos contingências e várias barreiras. Não, pressupõe-se que nós tenhamos várias condições senão a gente não estaria ali, e isso é muito perverso, essa naturalização. E ir driblando as culpas internas para ir vendo cada vez mais como isso era algo de fora para dentro e não de dentro para fora, foi e é um processo muito desafiador, porque a gente não tem léxico e repertório de socialização para se pensar dessa forma, por mais que, até para perceber que tem, às vezes quando você pertence a vários mundos num contexto de diversidade cosmológica, dentro do Estado Nacional (SEGATO, 2016). Eu acho que eu transito até um tanto bom né, em territórios distintos mesmo dentro da nação. Então, a ausência e a palavra ausência vão aparecer o tempo inteiro.

As ausências me moveram para sonhar para o que seria a presença, de como seria “se”, Saudade do que eu nunca vi, em termos de acolhimento, de suporte, porque não vinha com qualidade suficiente a ideia de que eu não deveria estar ali (na universidade e na pós-graduação), não me convencia, então aí tudo foi me chamando para outros lados.

Tenho defendido muito a **validade epistemológica do transe**, não por consumo de substâncias ou por cotidianos rituais, apesar de eu lidar *mais com cotidianos rituais do que com consumo de substâncias), mas pela **experiência do transe endógeno de ser como sou**

neurologicamente, neurologicamente! Tem gente que vive permanentemente nesse lugar, a experiência contínua de N sintomas, sinais, marcas e da dor (SARTI, 2001), no meu caso, dor de vários outros sintomas neurológicos me produzem de forma imprevisível, desavisada o tempo todo com as experiências de transe, e muita coisa surge daí, imaginação (MILLS, 1982) necessária à veracidade. Nem tudo é traduzível, ainda mais com a falta de linguagens para isso (e falta de representação complexa e esmiuçada fora do fantástico, a isso chamo de ‘falta de Acessibilidade Simbólica’, os hiatos da não-representação ou representação caricaturada que compromete a autonomia).

Para falar de sonho precisa de uma linguagem sonhada. E tem coisas que não se fala, muitas coisas sobre as quais não se fala. Então, para organizar minimamente e para conseguir transformar em um produto apresentável esse tipo de ponderação, eu peguei as ausências e confrontei com as presenças que existem no que vislumbro. Eu estou falando do que eu não tive. Eu sei que outras pessoas têm, ou têm outras coisas, ou percebem de forma diferente. Eu não tive e eu tive um monte de coisa também que está naturalizada daí eu também não percebo, eu sei que eu tenho *vantagens relativas*, senão eu não estaria nem aqui falando sobre todas essas coisas dessa forma. Me angustia que pareça abstrato ser e estar aqui nessa reflexão num mestrado, que não pareça parte de um esforço coletivo imenso, que mantém as pessoas vivas.

Foi muito difícil, num primeiro momento, chegar à pós-graduação e, no primeiro momento, eu pensei assim, “*ah eu vou participar das aulas, só que, em alguns momentos de excepcionalidades, eu vou usar o recurso dos atestados médicos*” - a autoridade médica sempre aí né, maravilha. Só que não, em outros momentos eu vou me ausentar e precisarei vou justificar, fazer arranjos (imagina o privilégio de se estudar e de viver sem ter de se preocupar com esse esforço emocional, mecânico, logístico e outros. Sim, quero salientar o *capacitismo estrutural*). A gente foi educado para a corponormatividade, então a capacidade de projeção fica muito comprometida, a gente planeja os nossos dias a partir dos tipos ideais propagados, dos corpos típicos, só que isso nunca dá certo... aí depois parece que a forma foi feita maior ou menor do que você e a sua necessidade... daí tudo degradingola e a conta só fica no cômputo do indivíduo, pois sim, é muito perverso e algo eugênico (DIAS, 2013).

No tocante à sensação de eugenia social residual e em alguns momentos explícita, durante todo o processo de mestrado essa sensação, num primeiro momento, no primeiro semestre, eu levei uma porrada por causa da morte da Marielle Franco na primeira semana de aula, um dia depois do meu aniversário de trinta e um anos, e o corpo já reagiu ao luto de forma absolutamente imapeável, indomesticável, só que aí eu fiquei mais congelada ainda e com a capacidade projetiva ainda mais comprometida. Em 2018 foram muitas mortes, da Marielle, de Moa do Katende, que eram pessoas relativamente próximas, nos círculos de redes políticas e acadêmicas, e parecidas comigo, parecidas com a minha família. Pessoas da minha família morreram, de suicídio ou de assassinato também né, jovens, família mais distante. Estava ainda no luto de uma prima e o assassinato no campus da UnB do Jiwago, que foi meu colega de turma, na primeira turma de cotas para negros, no segundo de 2004, e o suicídio do Ray, o suicídio do Wallace, o suicídio de uma moça preta da Filosofia.

Foram muitas mortes, foi muito difícil e o frenesi político pré-eleições, e muitas coisas acontecendo, greve, no primeiro semestre de 2018 já teve uma greve, e a resposta é muito imediata né, e muito, muito aflita, e como qualquer pessoa eu não lido só com isso, a gente está lidando com tudo, a gente está lidando com ciclo menstrual, a gente está lidando com alimentação cheia de agrotóxico, a gente está lidando com namoro (depois a gente fala, em outro momento, ou não, sobre direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com deficiência, mas eles existem). E a gente está lidando com questões espirituais, eu sou profundamente constituída por compromissos de linhagem. Não é religioso, eu me recuso a usar a palavra religioso para o sagrado da minha família e o meu, que eu fui sendo feita, é outra coisa.

As negociações e esforços para continuar vivendo ou morrer (CARNEIRO, 2005) são das mais diversas todos os dias, e pensar as coisas nesses termos é para alguém que fomos expostos à morte desde muito cedo. Uma coisa que me assustou desde sempre no espaço da universidade, no espaço das elites socioeconômicas, é a falta de consciência do fenômeno da morte. É terceirizado e transferido para outros lugares, então você planejar seus dias todos os dias com a ampla consciência da morte e recortada por várias agendas é muito impactante (e atordoante). Eu não sei nem o que dizer sobre o que é isso. Mas é. E muita gente vive sem ter como viver, e vivendo outras coisas.

Eu gostei muito quando, eu sempre cito isso e acho bem importante (novamente frisando que sou bastante influenciada pela reflexão Yanomami), me reaproximando também da luta e da reflexão indígena na Amazônia, que me ajudou muito a me perceber em contraste. E aí eu fui... eu estou olhando tentando fazer uma retro-perspectiva, porém, é bem difícil, eu ainda estou dentro de certa forma. Agora que eu vejo que **o mestrado foi uma grande constatação do que não há, do que talvez eu devesse ter, mais do que um aceitar resignado do que eu não posso ter.**

Eu não posso estar no mercado de trabalho que me exige a força física, enquanto uma pessoa preta que é vista assim né, como valendo pelo físico. Minha irmã é empregada doméstica, uma das minhas irmãs é, resolve a vida dela. Se ela vai, por que que eu não posso viver assim? A minha irmã que é empregada doméstica também é uma mulher com deficiência e tem filhos com deficiência. E se engana quem acha que a academia é algo mais brando ou mais leve. só que é diferente, como possibilidade. E então, por que que eu precisava mais disso? *“Eu por mim queria um pouco mais daquilo, um grilo menos disso, é disso que eu preciso, e não é nada disso, eu quero é todo mundo nesse carnaval”*⁶ (ufa, consegui chegar na epistemologia carnalizada do Warat, que aparece nos meus sonhos, ele já apareceu pra mim e me ajudou a não desistir). É muito difícil, eu acho que gera até um certo constrangimento, acho que tem uma desautorização. “você se adequam à instituição de ensino, não a instituição de ensino se adequa a você”. Só que a correlação de forças é absurda, então, não existe reagir, nessa hora eu deito co quem se foi e sei que os antepassados ficam desonrados com isso, mas, é muito pesado sabe.

O que eu fiz de elencar o que eu preciso para poder estudar: moradia salubre, segurança alimentar, mobilidade, integridade do organismo, equipamentos, materiais, participação social. Esses tópicos vieram de grandes experiências de frustração, de achar que eu iria mesmo sem ter, algo como ‘fui numa aula e foi tão legal’ e passei outras várias sem conseguir comparecer presencialmente, e aí quando você vai alguém fala, ‘que bom’, ou então “nossa”, e quando você não vai ninguém nem percebe, aí você morre um dia... ver esse fenômeno acontecer com os amigos que eu perdi em 2018, e até antes, foi algo que parece até

6 - Música “Eu quero é botar meu bloco na rua”, Sérgio Sampaio, 1972. Informação disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Eu_Quero_%C3%89_Botar_Meu_Bloco_Na_Rua_\(can%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eu_Quero_%C3%89_Botar_Meu_Bloco_Na_Rua_(can%C3%A7%C3%A3o))

que tornava imoral eu comparecer à universidade, compactuando com aquilo, mas era muito fácil mesmo eu não aparecer mais lá, era muito fácil, ninguém ia nem perceber, depois iriam fazer até uma camiseta com o meu rosto. Então é muito incrível pensar que sou eu por mim majoritariamente ao menos no plano objetivo, pois, no meu caso, eu me tornei independente desde muito cedo, antes dos vinte anos, na época da graduação, não morando mais com a família (ah por que você fez isso se é deoente?). Aí a gente teria que abrir um capítulo sobre o impacto do racismo (GONZALES. 1983) na desestruturação familiar e o auto-ódio (FANON, 2008) e a descoletivização.

Eu estou ficando muito, muito, muito, muito impactada por estar pensando em tudo isso, muitos espasmos musculares, a parte cardiorrespiratória está no limite. Tenho que ficar usando muitas estratégias, dialogando com os sintomas e criando barganhas fisiológicas para fazer qualquer coisa, claro. Ó que tragédia? Não né. Ó que maravilha? Não. É o que é. Tem gente que existe assim, eu sou uma delas.

Como eu estava dizendo, fiquei profundamente escandalizada em ver que tinha gente na universidade que não se preocupava em pagar aluguel, ou se ia morar na rua. Viver me preocupando que eu posso estar morando na rua na outra semana, é uma coisa que faz parte da minha vida desde sempre. Eu acho muito absurdo quem não pensa nisso sabe, eu via minha mãe se preocupando com aluguel, eu cresci numa zona rural que foi sendo loteada e a luta por moradia sempre muito presente, o risco efetivo de pessoas que você conhece irem parar em situação de rua, em instituições do Estado... sempre essa mistura de manicômio com presídio, quando é para acolhimento, ou hospitalização de longa permanência. Então, viver com essa preocupação, fazendo negociações para que não aconteça, e com várias pessoas na família também em situações similares, e eu sendo convocada para essa função de mediação, não combinaria com universidade... mas teve de combinar!

Às vezes a gente quando vive numa condição de fragilidade orgânica crônica ganha um bônus do Universo que é ter uma outra relação com o autocuidado e a alimentação é muito forte para isso também, o que você come, que efeitos isso vai gerar na sua capacidade de reflexão, ou não, na sua capacidade de sociabilidade. São muitos cálculos, aí x, y, z de comidas e alimentações planejadas, também é caro, eu não consigo comprar. Dá muito trabalho conviver com fadiga e dor crônica, não permite, e não tem gente para fazer comida

para mim, também, eu tenho que cuidar da minha alimentação, que ela seja funcional e que eu possa pagar, e que ela dê um resultado X no meu funcionamento para que isso vire resultados estudantis. Nem eu sei, quando a gente põe em suspenso assim, perspectiva um pouco falando “que absurdo”. Eu acho absurdo ter percebido tanta gente que vive sem se preocupar com alimentação, e sem ver que isso constrói um verdadeiro abismo em relação a muitas outras milhões de pessoas, é assim, assustador.

Mobilidade nem se fala. Durante a graduação, todo tempo eu vivi longe, a trinta, vinte e cinco quilômetros da universidade. O transporte público do DF é essa beleza. Vendo as mobilizações pelo passe livre por exemplo, que me preocupa, eu já deixei de fazer várias coisas na vida porque é caro, passagem é caro. Mas a acessibilidade nos ônibus é um horror, os ônibus balançam, são desconfortáveis, pessoas idosas, crianças. Eu tenho hipotonia muscular, uma resposta sensorial diferente, eu caía nos ônibus, um horror. Então fazer esse cálculo para ir, para voltar, eu gasto toda a minha energia para me mover, correndo risco de cair, e aí como é que eu vou prestar atenção numa aula, como é que eu vou pegar um livro? É déficit de atenção, leitura, **aí eu fui descobrindo que a leitura e a escrita do modo tradicional pode ser algo cada vez mais agressor**. Lógico que eu sou alfabetizada, mas não se trata disso, e ter né, hoje em dia, tablet, computador, tem tudo em PDF, algumas coisas não, Kindle. Não é isso que está em jogo, quem dera que fosse!

Eu sempre vejo tanto o universo da *acessibilidade estudantil* rodeado por questões materiais, o que foi tão distante da minha realidade socioeconômica que eu não consigo nem imaginar os suportes que existem no mercado, porque é fora da minha realidade econômica, sempre foi. Então, **como eu vou reivindicar uma coisa que eu nem sei que existe?** Uma coisa para a minha cervical inflamar menos, algo para favorecer os meus olhos, porque às vezes a visão está embaçada? Às vezes não está tanto, mas às vezes o meu cérebro processa a informação visual diferente. Sei lá o que que existe, mas é mesmo questão de me encher de tipo uma coisa meio Robocop, um corpo biônico, é isso? Às vezes é, eu acho que não. É uma tristeza muito profunda, essa questão de substratos, de equipamentos. Contudo eu sei assim tipo, agora mais recentemente eu tenho me atentado mais às questões de ergonomia, e ficando triste porque geralmente é caro. E, tem coisas que não é para remediar, é para acolher, e eu vejo que estudantes em geral estão utilizando, e aí gente tem que ficar inventando. É muito trabalho, é muito sobretrabalho.

A minha mãe é 41 anos mais velha do que eu, engravidou onze vezes, tem várias histórias, liderança comunitária, avó, educadora, fazia tudo, faz tudo. Essa presunção de quando você chega na universidade você tem tudo isso garantido, você tem uma estrutura de cuidado, uma estrutura de apoio, de participação social, de segurança alimentar, de casa, **isso é, além de ser muito elitista e muito classista, profundamente capacitista, porque quem não tem que se preocupar com isso, é porque já está lá na frente**, e porque já invisibilizou muita, muita, muita gente, e a gente sabe que tem essa economia perversa do capitalismo colonial de que quando está muito bacana para um lado, significa que para os outros está inimaginável de degradado. E aí eu fui percebendo esses componentes. **“Do que se precisa para ser estudante/pesquisador?”**.

Uma outra coisa que é boa para ter um currículo legal e tudo, é participar de eventos acadêmicos, publicar, não sei o que, como se isso não tivesse um custo corporal, como se isso não significasse um sangue correndo com determinadas substâncias, com determinadas características, como se isso não significasse uma economia do tempo mediada por prestações de serviços, prestadores de serviços, capitais específicos. **Estar vivo de um jeito que você consiga estar fazendo isso que a academia exige é altamente custoso.**

Eu tenho sentido um ódio muito particular pela cultura dos rankings. Um dos argumentos das ações afirmativas para inclusão étnico-racial é a criação de *personalidades emblemáticas*. Então olha o médico negro, olha o presidente indígena, olha não sei o que, mas, como dito sobre os cogumelos, *o produto final não mostra a paisagem devastada*. Quantos de nós não estamos lá para que algum esteja ganhando prêmios? Acho que gera, além de implantar um caráter agonístico, de disputa, auto ódio e descoletivização, eu acho que é extremamente opressor. Eu não sei se sou tão entusiasta atualmente com esse argumento das ações afirmativas. É ótimo né, representatividade, mas é um termo que, quem sabe se sai às vezes de um debate, ainda mais, agora com as redes sociais, para as Ciências Humanas ou se é o contrário, se várias categorias das Ciências Humanas adentraram o debate social? Não obstante, a representatividade, a interseccionalidade, elas ficam sendo coisas muito assim, imponderáveis, muito mais me atormentando do que me ajudando na maior parte do tempo. Em alguns momentos não, também faço parte de um *corpus* que se movimenta enquanto grupo. Até no que a gente acha perverso a gente às vezes tem que pegar umas caronas, para

poder não ser atropelado pela história, ou para ser atropelado, e esse atropelamento pelo menos ser uma marca de existência.

Mas isso não ser discutido, o custo social, e as bolsas, a problemática das bolsas também nem arranha o cerne, porque, especialmente na minha época de graduação, no início, que tinha pouquíssimas pessoas de classes populares na Universidade, de comunidades tradicionais e tudo, eu via que a questão das bolsas, ou profissionalização da Ciência, era um problema assim, de quem, para quem, por quem né? Porque as minhas bolsas todas na Universidade desde o começo foram para tudo, gastos com moradia, saúde, mobilidade, alimentação, ajudar a família, participação comunitária. Então não é a problemática das bolsas isoladamente, a permanência também não se resume a isso, muito menos associada à vida sob deficiência. A disparidade é tamanha e a intraduzibilidade é chocante (e que se torne cada vez mais, pra quem não vive).

Enquanto eu falo isso daqui eu sinto vários processos de opressão torácica, porque têm tabus, têm interdições, têm criminalizações também de falar esses pactos silenciosos da manutenção da desigualdade, são corporificados, as couraças neuromusculares/socioculturais estão aqui, mas as couraças estão muito mais nas instituições, e essa sensação torácica de opressão tem muito a ver com a minha experiência na UnB, ainda mais na Faculdade de Direito, imagina o peso de estar vindo de um curso de baixo prestígio e vai para uma coisa do Direito, e é isso, às vezes, para mim, fazer observações etnográficas sobre o Estado é me observar perante o Estado, estatizada por dentro. A Universidade Federal é o Estado. O espaço privado é o Estado, e como isso vai conformando as coisas na gente com os regimes de pânico e de pavor, isso é corpóreo (suspiros).

Então, eu acho que a presunção dessas estruturas para se estar na academia, novamente se mostra mais e mais descolado do crível. Eu passei rapidamente por alguns textos sobre e conclui que realmente eu não estou fazendo um debate na área de Educação. Tem muita gente escrevendo coisas muito legais, eu não tenho o menor cacife para bater de frente com isso, fazer uma exegese teórica, não se trata disso, eu elegi outra coisa e eu não sei né, foge, me foge mesmo, aonde cabe tudo isso que trago, tem questões de saúde, tem questões de educação, tem questões dos transportes, de tantos tantos, até os termos que eu usei. Mas essa angústia das coisas últimas e secretas, *“sentir a angústia de estar só entre as*

coisas últimas e secretas”⁷. Nomear é importante, porém, não nomear às vezes é fundamental, ainda mais quando se trata de outra conta né, da manutenção da diferença pela proteção, mas a falta de possibilidades de nomear a experiência quando tudo se trata apenas de conformação, é muito doloroso (ROMIO, 2019).

Ah, eu estava falando da cultura dos rankings há pouco, de achar que estudar é um ato linear, assim como se algo fosse. Se eu tenho a faculdade da visão, se eu fui alfabetizada, se está escrito ali, é só eu pegar, ler e eu vou aprender, e vou escrever. Não é assim. São os avessos, não é muita coisa, então eu me entendo muito com meninos periféricos, meninos e meninas que têm envolvimento principalmente com o crime, eu me entendo muito, aquela ansiedade, aquele ódio precisando ser expresso, aquela potência, aqueles idiomas tão próprios, aquilo que ninguém quer ver, aquela sombra, aquela inocência. Me ajuda mais até do que a própria ideia - categoria de inclusão ou de diversidade. Não que por isso eu vou abdicar de qualquer direito que tenha advindo destas categorias, mas é realmente uma outra coisa que me anima.

Eu acho que o centro do pensar aqui, se é que existe centro né, porque é multicêntrico, a minha reflexão é caótica, sinestésica, multicêntrica, transcêntrica, transfluente, será que flui? Enfim, eu começo com uma pergunta, epistemologias com deficiência? E tratando a epistemologia quase como um senso comum nas Ciências Sociais. Não é um senso comum, não sei se pode chamar de senso comum (WARAT, 1982), mas é um termo corrente usado como *teoria do conhecimento*, como modos de conhecimento, é a nossa metalinguagem cotidiana, epistemologia, os modos do conhecimento.

Como citei, às vezes, eu evito falar ‘vendo’ ou ‘ouvindo’, que determina menos qual o sentido ou que tenha que ser algum sentido ou outra coisa. Para mim **não há epistemologia com deficiência** e, ao mesmo tempo, a epistemologia corrente, as epistemologias disponíveis, elas têm deficiência, porque elas criam e sagram barreiras, mas se for uma epistemologia a partir de pessoas que vivem sob barreiras né, sob as diversidades corporais, cognitivas, sensoriais, psicossociais, etc., é outra coisa. Não tem, eu vejo muitos de nós que lutamos, nos adaptamos, falamos do que a gente vive. Como eu falei antes, o campo de estudos da

7 Poesia “A la orilla del río”, de Juan L. Ortiz. Disponível em: http://www.paginadepoesia.com.ar/clas_ar_or_tizl.html

deficiência tem crescido no Brasil, tardiamente, quase tardiamente, nas Ciências Sociais, como um problema, apesar de já ser muito antigo o trabalho de algumas pessoas. Para mim, como referência especialmente a professora Débora Diniz, e de outras pessoas que eu acessei no ativismo virtual principalmente.

Os nossos próprios modos de conhecimento são impedidos o tempo todo, então por esse lado, epistemologias com deficiência há muito, epistemologias sob impedimento. Na Universidade, especialmente na pós-graduação, tem algo que eu comecei a chamar de *socialidades manicomiais*, porque às vezes está na norma. Foi difícil, as normas e as regras de determinada instituição, seção, jurisdição, território, absorveu as gramáticas da inclusão, da ação afirmativa, mas **o funcionamento interno continua sendo profundamente normativo**, e normativo do ponto de vista do código, da lei, do que está escrito, e também normativo – a norma, o normativo, a normatividade – no fluxo dos afetos e das interações, todas. Dá pra brincar muito com isso, brincar entre aspas – normativo do ponto de vista do que acontece, tem uma fenomenologia normativa nos espaços, inclusive os que se pretendem alternativos à norma.

Várias pessoas que cometeram suicídio na Universidade, trouxeram isso às vezes em cartas de despedida ou em sinais anteriores que deram, que as pessoas super alternativas, as pessoas super progressistas, estavam ali entre os piores gatilhos. Há aquela ditadura da positividade, parece que tem que criar um funcionamento profundamente identitário nos espaços para se pertencer, aí, sobra pouco sol para a autenticidade caso destoe. A militância Autista (LOUZEIRO, 2019), que para mim hoje é uma das principais, porque tem um alto nível de politização, me contou sobre como me sentir de outro modo. Me perceber como uma pessoa *neuroatípica*, que tem um modo de funcionamento que é facilmente classificável com termos atribuídos à saúde mental, de louca, de esquisita, de estranha, com o racismo também engrossando isso, claro que sim, e não ter os traquejos também das elites econômicas. aprofunda mais ainda os limbos, e a gente vai se sentindo não dominando os códigos, as entrelinhas e tudo mais, e vai ficando **emocionalmente isolado**, afetivamente isolado, e a culpa é sua individualmente, novamente o auto ódio funcionando para conformação da deficiência. Não é sair de um grupinho para entrar em outro, essas lógicas dos grupos, essas socialidades, são barreiras. Funcionar em torno de identidades (APPHIAH, 1994) é sufocante. Fiquei profundamente frustrada com alguns contextos que eu pensei que seriam mais

sensíveis às existências atípicas, mas não foram, se você não compor certa etiqueta. Sempre se criam pactos, e pactos com entrelinhas e com códigos bastante herméticos, herméticos no mal sentido- porque eu gosto muito de Hermes Trismegistus (Thoth), naturalmente que sim, mas no sentido do dicionário, e isso vai ficando um verdadeiro inferno, esse hermetismo e, se você não anda naquela linha, se você não faz aqueles ritos, se você não faz daquele jeito, não sorri, não se pretende, não se promove daquele modo, você está fora e muito mal na fita. E criaram coisas que nas redes sociais se popularizaram, como a ditadura da positividade, o “mais amor por favor”, “amor entre nós”, “guerra aos senhores”... oi? A mim guerra em todo lugar enquanto a positividade amortecer normalidades, e isso é não desistir de existir coletivamente e é amor também, por que não?

Conviver, dar conta desses códigos, dar conta disso tudo, e mesmo quando a gente tenta fazer setores de contestação, ainda funcionar a partir dessas lógicas, um modo de funcionar profundamente moral, baseados ainda em lógicas de ‘bom ou mau’, ‘bonito ou feio’, ‘certo ou errado’, em que o descabido, o transbordante, o delirante ainda é o que fica sendo taxado de inadequado, ou de traidor de alguma causa ou de um pacto coletivo, é o fim da linha para as possibilidades de expressão de diversos organismos (e isso nem é listado para a maior parte da retórica dos direitos humanos, por exemplo).

A Deficiência, como eu já coloquei, me mostra grande radicalidade política, conceitual, de pluralidade na análise sociocultural e pouquíssimos lugares de conforto para um raciocínio político-social e a própria existência, e fazer ciência e política e a vida; a partir de certos códigos de moralidade me parece muito pernicioso, e ineficiente tentar. Pode ser fatal literalmente. O *devoir minoria*, que o Deleuze fala do ‘ser de esquerda’ em seu popular abecedário (DELEUZE; BACON, 2017), eu percebo pouco, sinto saudade do que eu nunca vi. Ganhar prêmios, fazer eventos, ter uma produtividade toda, e dizer que ela é negra, que ela é com deficiência, que ela é de mulheres, isso me destrói, não tem como, pois é a mesma lógica. Não são só outras respostas que são necessárias, são também outras perguntas, ou às vezes isso não ser nem o caso.

É claro que muitas pessoas podem acusar esse tipo de reflexão aqui de muito abstrata, o que seria sinal de que a pessoa não conhece a vida de quem vive como eu, tudo é tão concreto que beira ser piegas e, de quando em quando, de fato é truculento. Lógico que a

abstração está presente, até como um direto à complexidade, mas é tudo muito literal, e não tem essa separação, o simbólico é concreto, **‘tudo que é sólido desmancha no ar’ e tudo que desmancha no ar se torna sólido e te faz tropeçar.**

Eu realmente acredito que, por um lado, a não ser que esteja acontecendo alguma coisa a qual eu não esteja sabendo em algum lugar, quase toda epistemologia, das mais diversas correntes que me foram apresentadas na Universidade, elas são, em si, a barreira, elas se tornam a própria barreira. Então, *epistemologias com deficiência* sim, mas ao mesmo tempo não, à medida em que uma epistemologia a partir de, nos próprios termos das pessoas que vivem sob barreiras, com atipicidades várias, tem pouco, pouquíssimo espaço de expressão.

Parece que a nossa existência é tão condicionada. Notícias dizem: “filho de pedreiro passa no vestibular de Medicina da UFBA”, “não sei quem ganha prêmio disso em tal não sei o que”, nãñãñãñã, gente, isso não promove inclusão e ainda oprime com exemplos raros a maioria que está sendo explorada e morta! Percebo a dor da captura das ações afirmativa, pois, a meritocracia às vezes deixa de estar no concurso, deixa de estar na letra escrita do código, da norma, mas ela é totalmente transferida para as moralidades que regem os grupos que se dizem progressistas e a maioria dos demais dentro e ao redor das instituições, aí é de lascar a alma, vai reclamar com quem? Como a crise recente no Brasil, quando o Judiciário é todo corroído, para quem a gente denuncia o Judiciário? Quando as ações afirmativas se tornam algo excludente, com pouca materialidade, como faz? A acessibilidade precisa ser um signo circulante (SEGATO, 2005) nas formas como a gente se trata, mas aí eu acho que já extravasa para uma Psicologia Social também.

Para cuidar de mim e dos meus pares, pares? Das minhas redes, as pessoas ao meu redor, e aprofundar o legado que eu recebi das minhas avós, eu fiz várias formações em Práticas Integrativas em Saúde, compreendendo um pouco que “cura,” eu jamais buscaria cura, porque **a diferença não tem cura, a autenticidade não tem cura**, tenho poucas crises hoje em dia de ter certeza disso, é claro que seria muito mais fácil se tivesse uma fórmula para me tornar neuro-típica, ter uma vida que exigisse menos suporte, afinal, conjugar cuidado e autonomia ainda também é um desafio, a herança religiosa também é muito forte. Então eu percebo que **a maioria das relações, e das possibilidades de vida social, oscilam entre o cuidado-controle e o abandono total. Um cuidado emancipatório, conjugar cuidado com**

autonomia, é algo que parece até uma imoralidade utópica. Uma pecha que recai muito sobre pessoas com deficiência que se colocam politicamente é a pecha de ingratidão, sermos pessoas difíceis (os médicos adoram falar isso), mas esses termos depõem muito mais contra quem os emprega do que contra a gente, do que contra nós que habitamos esses lugares.

Então aí alguém aparece falando: “ah, mas você nunca viu o livro de fulano que está dizendo exatamente isso que você está falando? Muita gente que viveu coisas muito parecidas com você já disse isso”. Respondo: “eu sei que eu percebo, nos hospitais, nas filas, nos ônibus, nas ruas, nas instituições, pessoas diversas que eu chego e têm experiências muito parecidas com a minha, então eu acho que essas pessoas maravilhosas que estão escrevendo coisas maravilhosas não estão chegando até nós, e não estão efetivamente tocando efetivamente as nossas vidas, então talvez eu não deva considerá-las tanto se elas não chegam a mim”.

Tem uma espetacularização, uma romantização, e depois do golpe de 2015, todas aquelas coisas, de pegar os bons índices de um governo de esquerda e nos deixar com muito remorso em apontar as gravidades que nunca cessaram. Lógico que sim, eu sou fruto das políticas sociais também, entre muitas aspas. Mas não dá mais para continuar romantizando a ‘lógica da superação’, é espetacularizar o holocausto e isso no olho do outro e lindo, é refresco, é emocionante. “Eu não sou sua inspiração”, é uma frase típica do movimento político de pessoas com deficiência, com toda nossa diversidade. Especialmente no Brasil, a gente ainda não tem como se dedicar muito a ela, nossa diversidade, porque a gente mal existe politicamente no sentido do reconhecimento. A gente é muito diverso, naturalmente que sim, não só pelos tipos de singularidades orgânicas, mas por outros marcadores sociais; creio que isso quase todos nós reconhecemos, “eu não sou sua inspiração”, não é bonito, não é legal, não é estimulante que tudo tenha que ser tão custoso. E o “nada sobre nós sem nós” (GAVÉRIO, 2017). E quando a gente se expressa criticamente é isso, a gente é grosso, a gente atrapalha a logística, a gente não é tão legal assim. Você faz uma palestra que custou um fígado para você, e aí quando você fala alguma coisa fora dos “clubinhos”, não te convidam para o *happy hour* depois, porque você não é tão descolado. *Socialidades manicomiais*, é o que eu percebo em quase tudo na universidade e na pós-graduação em especial, *socialidades eugênicas*.

A academia funciona muito por redes, por eventos, por colaborações, por esquemas, é muito complexo dar conta disso se eu fico somente na deficiência, sem entrar tanto em outras questões, especialmente de classe, que para mim também são muito difíceis, e de cosmologia, de idioma dos espaços. São muitas barreiras impostas.

Eu realmente chego a essa conclusão, a partir da minha experiência, que não é minha experiência, isso não é estanque, porque eu vejo tanta gente que se parece comigo né, então é no mínimo experiência de alguns milhões de pessoas. Eu estou falando isso por preocupação de validação. Acho que localizar é bem importante, eu não tenho pretensão nenhuma de falar em nome de muitas pessoas, mas que possa ser acolhedor para alguém, se não para mim é insuportável pensar o que é que eu estou fazendo aqui, sabe. Não é para inspirar ninguém. **Eu queria ter o poder de transformar em algo bem chato toda ambição de inspiração que alguém pudesse ter comigo ou com a minha história, de verdade, queria impedir que me usassem pela retórica da superação.** Talvez eu tenha esse poder. Mas é isso né, se eu tenho que gastar, se porque eu precisei cuidar da minha própria alimentação num dia, ou da organização doméstica, ou da agenda de tratamentos (SILVA, 2018) pelo excesso de medicalização sobre corpos como o meu, até para acessar políticas sociais, se eu tenho que me preocupar com a gestão dos desconfortos, e aí não me sobre energia, tempo e alguns outros fenômenos no meu corpo para que eu possa ler, escrever, mesmo que com programas super avançados de tecnologia assistiva, para quê me ocupar do letramento?

As epistemologias têm barreira, e as pessoas que vivem com barreira ficam tendo quase sempre muito pouca ou nenhuma epistemologia (WARAT, 2004). Eu gosto realmente dessa palavra, desse assunto. “epistemologia”. Realmente eu gosto, eu acho meio mágico, mas acho que continua sendo um grande hiato elaborar-me no quesito “o que que eu estou fazendo aqui?”, na Universidade. Daí me lembro, que no final do Ensino Médio, quase que eu fui trabalhar num hipermercado, como caixa, quando as fragilidades progressivas do meu corpo ainda não estavam tão manifestas, um pouco depois da morte do meu pai, que era pedreiro também veio de região de Quilombos, que eu adoraria ter herdado né, esse ofício, também os ofícios do mato, da roça, do brejo. Não só pedreiro, fez várias coisas, nasceu em comunidade tradicional e poxa, mas ele não era só isso né, era várias coisas, mas o ofício era o que? Esquema trabalho e renda era esse. Ele era demais, maravilhoso, um grande profissional (que saudade do meu pai, deito de novo). E aí, voltando ao Ensino Médio, eu

mal tinha tempo de incorporar esse luto. E até que eu gostava uma época, da ideia ocupações, eu trabalhei de várias coisas durante a graduação, na informalidade, trabalhar com coisas de ofício, coisas de ganho, é muito gratificante, acho que até para uma memória ancestral. Contudo, a presença negra, negrindia, pcd, periférica, trans, louca, pirada na universidade, é uma ilusão que não começa e nem termina em mim... e ainda bem!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mestrado na Faculdade de Direito, no qual eu estive matriculada desde março de 2018 até 2020, foi um mergulho, uma jornada pessoal muito complexa. Na verdade, uma metáfora e um símbolo que também me faz fazer parte de um período, um momento histórico, político e sociocultural ainda muito recente, por mais que pareça antigo, o que dos povos e dos universos soterrados pela necropolítica da colonização. Eu voltei depois de um tempo longe da Universidade, sob uma caminhada muito profunda no campo das ações afirmativas, não com o sabor de comemorar, mas com o sabor da fratura dessas políticas e, agora durante o Mestrado, senti grande falta de suporte institucional, simbólico, sociológico das socialidades cotidianas do ponto de vista de classe, cosmopercepção e organismo, sobretudo.

No primeiro ano, além da morte da Marielle Franco que dizem ser muito parecida comigo biograficamente em alguns tópicos (acho que eu sou mais rural por um lado, mas nos sinto ligadas). Como dito anteriormente, a morte da Marielle um dia depois do meu aniversário na primeira semana de aula e vários estudantes que se mataram em 2018, pelo menos com quatro eu tinha ligação, alguns bem próximos. Muitos lutos falar do Estado, etnografia (CLIFFORD, 2002) de Estado, todas essas categorias, e a forma abissal e abjeta com que presenças como a minha estão na Universidade de forma como aquele livro que eu gosto muito “Pedagogia dos Monstros” (SILVA, 2000), é sempre falar do Estado, acho que eu caminhei para uma reflexão relativa a respeito do Estado em algumas camadas por ser quem eu sou, no momento em que eu estou e no contexto em que eu estou. Falar do Estado é muito biográfico, e eu acredito que isso deveria ser uma premissa para qualquer pessoa que se proponha a falar do Estado, não só no sentido de reconhecer privilégios ou coisas do tipo, mas no Estado como uma máquina de produção de afetos e vetores íntimos - eu tenho muito problema com a categoria ‘subjetividade’, mas só para ser pedagógica poderia aqui usá-la, para indicar que o Estado é uma ‘máquina de subjetivação’, como uma máquina de socialidades encarnadas em escalas muito micro.

O Mestre Quilombola, escritor, doutor, Mestre Antonio Bispo, o Mestre Nego Bispo, do Piauí (SANTOS, 2015), bastante presente na UnB nos últimos anos e também no Direito, gosta de narrar quando o pão francês entrou nas comunidades quilombolas, assim como o arroz e o feijão, as rações, a lógica da ração de Estado, a gente se lembra da União Soviética e

da imposição de formas culturais, estéticas, simbólicas. Isso se pensando nos modos de urbanização, ‘o sintético e o orgânico’ (nos termos de Bispo), a modernização dos corpos, dos espaços, das formas de interação, das linguagens, dos temas, também está nas nossas estruturas psíquicas, na forma como a gente sente e percebe as coisas, o que faz com que, da bibliografia das disciplinas, que mesmo com relativa ausência física, profunda ausência emocional, simbólica e espiritual, eu tenha me ligado espiritualmente a algumas literaturas.

Certa vez disse recentemente à minha orientadora, das minhas contradições, eu acho que um grande apreço por Pierre Bourdieu é uma delas, com toda a crítica ao eurocentrismo nas Ciências Sociais, mas um olhar sobre o poder numa voz de poder, de um homem branco, do norte global e tudo, muitas vezes é importante para desnudar as relações de desejo, encantamento, repulsa e uma fisiologia mais fidedigna do que é esse poder, então o Bourdieu está acho que em tudo né, na minha diminuta produção textual, ou nem tanto se se considera o que a gente produz nos corredores de tudo.

A minha experiência nesse diálogo com você tentando e tentando participar das aulas, e participando de jeitos aleijados, gerou e deu a cara do meu trabalho desse trabalho, nele, me perdi na reflexão animista dos espíritos do Estado, contudo, eu me lembro de que esse texto traz algo que me soa como honestidade, falar do Estado sendo Estado também, não no sentido de compartilhar dos poderes centralizadores e soberanos, mas como essas entranhas, como essas filigranas de subjetivação sógnicas, simbólicas e simbológicas do Estado, logísticas, e como isso é profundamente impregnado até na nossa tentativa de crítica.

É profundamente erótico falar, contextualizar e não parar de estranhar, talvez seja uma das maiores contribuições etnográficas, não que isso se transmita ou se aprenda por uma frase racional linear, esse estranhar o familiar e familiarizar o estranho, tão simples, tão básico, isso é básico. Nunca se torna básico, uma suspensão fenomenológica e uma perspectivação contínua, é forma e conteúdo constante, da possibilidade que vai gerar o encontro etnográfico e daquele encontro, o que emergir dali, então isso não é nem um pouco localizado no meu caso como um caso específico. É próprio, é constitutivo do método e aprimrador do método, eu vejo que a Antropologia da minha graduação na Universidade de Brasília e a de hoje está muito transformada pela presença dos povos indígenas, dos povos quilombolas, dos povos das comunidades populares e tradicionais, e a gente desnudando o quanto a gente sempre esteve

sim presente, apesar de apropriações, e o quanto que a gente aprimora e coloca o poder na frente do espelho, e isso é um dever, não estar pronto, inclusive eu estou falando das insuficiências dessas ficções de inclusão, mas no tocante à deficiência.

É muito profundamente desfazente. É uma prática constante, muitos treinos, muita tentativa e erro, erro e erro, e é de corpo inteiro, então eu me arrisquei à ideia de autoetnografia, no sonho perene dessa ferramenta ser utilizada com mais visceralidade de acumulação experimental, empírica, não por uma questão de formalismo disciplinar, longe disso, mas para honrar uma história na qual é possível que essa palavra hoje seja vista com menos desconfiança no campo das Ciências Sociais aplicadas.

Na lida das Ciências Sociais, as fricções que os textos nos provocam, mesmo quando a gente não lê de “parar e ler”, se é em braile, se é tradição oral, tradição oral dentro do campo científico, que tem muito também, e um ethos, um habitus que é compartilhado pelos pares, a gente lê de várias formas, e isso é uma coisa que eu também reivindico a partir do modelo social da deficiência.

É um momento em que isso não está pronto, apesar de que a crise política que a gente vem passando no Brasil, com o recrudescimento dos setores ditos conservadores, mas às vezes o que se entende por apaixonado e combativo precisa ser deixado de lado para que a experiência do olhar vazio, a suspensão fenomenológica e uma aproximação do Estado - não existe “o” Estado, são tantas mil camadas disso - chegue em algum tipo de análise, ensino, pesquisa ou extensão que realmente seja contributiva e não aprofundadora dessas reificações tão constitutivas do que somos e tão naturalizadas. Digo tanto do Estado para, por exemplo, reafirmar que a leitura e a escrita do modo tradicional são profundamente corponormativas, estatizante dos corpos, e mais uma vez um exemplo de que a gente falar do Estado falando através de leituras, textos, escrita, protocolos e burocracias é sê-lo. Como fazer isso? Não há lado bom, há muitos lados, e nós somos atravessados pela maioria deles, pela ausência ou pela falta deles nas nossas vidas, dependendo dos mil grupos e clivagens, há também quando se pensa e nação que é uma outra categoria, um outro fenômeno no mundo da vida muito, muito sufocante. Acaba sendo levado à não ação porque o nome da existência “estranha” no Estado Nacional é crise, pessoas crise, sujeitos crise.

Então, por essas e por outras, tudo aqui aqui me agitou profundamente e me provocou profundamente, já de início, com tantas correlações autistas e esclerosadas, que eu não consigo fugir, é o que eu consigo começar a falar, também já trazendo algumas citações subliminares de influências energéticas, simbólicas com o programa intelectual proposto.

O tempo como fenômeno para um corpo diverso. Todos os corpos são diversos, mas há alguns que estão mais perto da norma ou que conseguem fingir melhor, que estão mais na logística das instituições, outros muito menos. As lesões cerebrais, como a medicina chama no meu caso, ou os *“pontos por onde entram a luz”*, como o poeta sufi Rumi fala, que a cicatriz é por onde entra a luz, e a Esclerose Múltipla são muitas cicatrizes no cérebro e na medula espinhal. O tempo, desde as minhas cicatrizes ou lugares por onde entra a luz, é algo que me faz me sentir muito próxima ainda e muito dentro e fora, fazendo parte da ciência pelo avesso.

Através da etnologia ao longo da vida estudantil, eu pude entrar em contato com diversas noções de tempo, assim, eu acho que pensar o Estado a partir de estudos que não são exatamente sobre o Estado parece uma grande contribuição para a etnografia de Estado. Eu acredito que a etnologia dos povos em geral, do campo, da floresta e das águas, dá uma respirada ao vir-a-ser contínuo que precisa ser a reflexão e, se alguém está falando do Estado, ele já é familiar o suficiente para ser devastador e totalizante na nossa própria constituição que analisa. Um olhar animista de ver o Estado como essa forma animada e viva em nós, constitutiva, tanto que se chama *“espíritos”* em algumas literaturas a respeito, é algo que me suspendeu aqui. Acho que de início, infinitas correlações, entre cicatrizes e temporalidades em disputa.

É porque eu continuo sendo eu, quando eu sou antropóloga, continuo sendo eu antes, precedência, eu continuo sendo neta da minha avó, bisneta da minha bisavó, filha da minha mãe e vindo de uma família em que os sonhos têm muita importância, o transe como fonte de conhecimento, uma técnica, um procedimental, ritual, que é interespecífico entre humanos e não-humanos, são várias redes. Isso é a minha relação com o Estado. Eu acredito que essa relação seja tímida, e as leituras, textuais ou não, são transfluentes, trânsfugas e muito além do que pode ser bibliograficamente categorizado, ainda que sejam reconhecidas as influências.

Me sinto nesse lugar, como uma pessoa um pouco homem-bomba, pela natureza no meu corpo, sem nenhuma intenção revolucionária, só porque eu existo, assim como tantos outros *corpus crise* no limite, eu me sinto às vezes muito parecida com tipo “*Falcão – Meninos do Tráfico*” (BILL e ATHAYDE, 2006), coisa do tipo. Meu esclerosamento, meu autismo, entre outras coisas, ofendem um “*conformismo lógico*”, eu acho que por esses textos, por esses áudios né, eu sinto assim e eu também sinto a “*repressão impiedosa que suscita tal atentado contra a integridade mental*”. Aí eu lembro também da Butler com “*A Vida Psíquica do Poder*” (1997), junto com “*Os Corpos que Importam*”, são duas coisas que chegam em mim, e que são temas desse meu trabalho.

A reflexão é completamente fisiológica, o tanto de cortisona na minha corrente sanguínea, a aceleração dos meus batimentos cardíacos. Eu morei metade do mestrado na zona rural, tipo numa floresta, agora voltei a morar numa periferia urbana, na casa em que minha avó morreu. Os espíritos do Estado estão aqui junto com os espíritos dos meus tios e da minha avó, e do terreiro que a gente não tem mais, que não é nem uma religião, nem é religião, é outra coisa, de um sagrado muito particular da nossa família expandida, do nosso clã. Estar nesse ambiente faz a minha reflexão caminhar por um lugar, porque meu corpo vai para outro lugar, porque eu como outras coisas, tomo outra água, respiro outra coisa, vejo outras coisas, então eu acho que de alguma forma eu reivindico uma abordagem sinestésica multilinguagem, localizada sem ser estanque, das análises de Estado, de uma forma profundamente afetada, nos termos da Favred-Saada, do ser afetado. Um texto sobre bruxaria no Bocage, na França me vale e sempre me valeu muito nas análises de Estado, por exemplo.

Eu acho que eu tive uma experiência docente encantadora na Faculdade de Direito, me inspiro muito, me anima, me faz respirar. Eu saio com essa sensação renovada sobre a docência, porque acaba que nessa negociação de adaptação, direitos específicos, com formas de acessibilidade ausentes. O diálogo com uma ou duas pessoas é mais propício, porque eu, enquanto pessoa Autista não dou conta de performar sociabilidades consideradas válidas no espaço acadêmico, nem em nenhum outro, a não ser quando eu estou lá no Nordeste, em que todo mundo é muito doido, e parece que eu sou muito comum. A deficiência, que não estando nos corpos, mas na sociedade e na cultura, como o modelo social propõe.

No contexto da universidade eu sou profundamente pessoa com deficiência, haja vista que as deficiências são barreiras, e não as múltiplas diferenças e atipicidades que constituem os corpos estranhos pelo próprio modo de existência (GAVÉRIO, 2017). Eu fiquei muito feliz de ver que tem gente há um tempo já na Faculdade de Direito da UnB com algumas problemáticas das quais posso me aproximar, eu me senti parte de uma tradição, e isso, em tantos momentos de quase perder, quase desistir, ver em diversos, concordantes ou discordantes, uma tradição na qual eu posso me filiar de alguma forma e da qual eu sou fruto de alguma forma. Isso me nutre e me emociona muito.

Não tem como eu deixar de ser e ser uma bantu tapeba zulu quimbundo quicongo tabajara né, entre o interior de Minas congadeira do meu, pai e o Ceará indígena da minha mãe. Com isso, me ver dentro de uma ancestralidade na FD, na UnB, antes e depois, é algo que foi uma boia de salvação e respiração e uma acessibilidade afetiva indispensável.

Eu acho que além da cortisona na corrente sanguínea eu já estou inundada aqui por várias outras coisas, nessa festa dionisíaca entre fisiologia e experiência ambiental, experiência ambiental e fisiologia, que para alguns são as matrizes do que faz surgir o mundo simbólico e sociocultural. Não sei o que eu penso sobre isso, e nem sei se me interessa disputar a verdade a esse respeito. Acho que eu sempre vou falar isso do Direito, e da própria Antropologia. A minha autoestima tem melhorado, eu tenho visto que eu não sou jurista, mas desde sempre, parte de mim, desde sempre tenho sido uma pessoa do Direito e dos direitos, e das justiças, como dito antes, pela carne que me compõe, por onde eu nasci, por quem eu nasci, pelo lugar de onde eu venho, por quem veio antes de mim.

Citando o Mestre Antônio Bispo mais uma vez, que traz a ideia de *transfluência* para pensar nos saberes dos povos originários, *transfluências*, são tantas redes, e uma noção de pessoa profundamente ecossistêmica; e também um conceito do antropólogo Márcio Goldman, do Museu Nacional - UFRJ, que pensou várias coisas, inclusive o Estado, tem um conceito muito pertinente a esta dissertação à guisa de conclusão, seria '*observação flutuante*' (GOLDMAN, 1999). Então, esse fechamento-abertura entre *transfluências* e *observações flutuantes*, ciente de muitos limites dessa interação e da falta de uma estrutura de acessibilidade real, das instituições de ensino superior, especialmente na pós-graduação, se deu e se dá.

Se delinear identidades sob 'A Identidade Nacional' significa rastrear dores, este é quase um exercício médico-antropológico, sintomático da intolerância do status quo que em algumas situações converte diferenças em cicatrizes para uns/umas e em elixir de privilégios para outros/as.

Estar encarnada/o em um corpo significado diz sobre caminhos e fronteiras. Durante a trajetória a bordo deste “encarnamento” surgem alfândegas, algumas com altos encargos e quase impossíveis de serem atravessadas, alfândegas “de deus” reCRIADAS por nós; até chegar a elas há territórios mais ou menos ampliados de acordo com o que se pode acessar a partir do direito corporificado. Ou por vezes não há, pois, do marco inicial de algumas/uns sujeitas/os limítrofe, até as tais alfândegas, não há quase espaço de respiração: para estas/es, corpo e limitação se fundem numa só sentença, quase sempre sentença de morte.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

APPHIAH, K. A. *Identidade, autenticidade, sobrevivência: sociedades multiculturais e reprodução social*. In: TAYLOR, C. **Multiculturalismo, epistemologia e sociedade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1998.

BILL, M. V.; ATHAYDE, Celso. **Falcão: meninos do tráfico**. Editora Objetiva, 2006.

BORGES, Antonádia Monteiro. **Ser embruxado: notas epistemológicas sobre razão e poder**. UnB, Brasília, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático...** Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1996.

_____. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Sociologia*. São Paulo : Ática, 1983. p. 122-155.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam/Bodies that matter**. *Sapere Aude*, v. 6, n. 11, p. 12-16, 2015, PUC MG, Belo Horizonte, 2015.

_____. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. [2017(1997)].

BRASIL, Constituição. Constituição da república Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CARDOSO DE OLIVEIRA; “Honra dignidade e reciprocidade”. *Cadernos de Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 2004, 1.1: 31-48*.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CLIFFORD, James. **Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Org. José Reginaldo Santos Gonçalves. 1. reimpressão. Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.

GONZALEZ, Lélia. "*Racismo e sexismo na cultura brasileira*". In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, AN-POCS n. 2, p. 223-244, 1983.

DELEUZE, Gilles; BACON, Francis. **O abecedário de Gilles Deleuze**. 1988. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.Pdf>., 2017.

DIAS, Adriana. *Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social*. **Anais do II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência**. São Paulo, p. 5-14, 2013.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Brasiliense, 2017.

_____. "*Modelo social da deficiência: a crítica feminista*". **Série Anis**, v. 28, p. 1-8, jul. 2003.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008 [1952].

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. "*Ser afetado, de Jeanne Favret-Saada*". Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**. n. 13, p. 155-161.

GAMA, F. *A autoetnografia a como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla*. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188-208, 28 ago. 2020.

_____. *Tornar-se cronicamente doente: perspectivas de uma im-paciente sobre cuidados médicos*. **Revista Mundaú**, n. 6, p. 159-177, 2019.

GAVÉRIO, Marco Antonio. *Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos Disability Studies*. **Revista Argumentos**, v. 14, n. 1, jan/jun, p. 95-117, 2017.

GOLDMAN, Marcio. **Alguma antropologia**. Relume-Dumará, 1999.

HAMPÂTÉ BÂ, A. *A tradição viva*. In: KI-ZERBO, J. (Org.) **História Geral da África**. São Paulo: Ática/Unesco, 1980. v.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. *Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo*. **Plataforma Gueto**, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOUZEIRO, Rita. **Textos Livres/Escritos Diversos (Neuroatipicidade, Deficiência, Capacitismo, Acessibilidade, Autismo)**. Página pessoal em rede social (<https://www.facebook.com/PerolaTubman>), Brasília, 2019.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. Brasiliense, 2017.

_____. **O Direito que se ensina errado**. Brasília: Centro Acadêmico de Direito da UnB, 1980.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: **MAUSS, M. Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 185-314.

MBEMBE, A. (2018). **Necropolítica**. São Paulo, sp: n-1 edições.

MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2019 (no prelo).

MIALET, Hélène. **Hawking incorporated: Stephen Hawking and the anthropology of the knowing subject**. University of Chicago Press, 2012

MILLS, Charles Wright. **A Imaginação Sociológica**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1982. 6. ed.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência e Uma atualização da Teoria da Prática. **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA, p. 45-80, 2007.

PEREIRA, Jacqueline Lopes; LIMA, Francielle Elisabet Nogueira. **ESTRANHAMENTOS E DESESTABILIZAÇÕES NO DEBATE JURÍDICO SOBRE DEFICIÊNCIA: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRIP À (DES) CONSTRUÇÃO DA CAPACIDADE LEGAL**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. *Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências*. **Plural**, v. 26, n. 1, p. 79-102, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI, 2015.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. *O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios*. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SARTI, Cynthia A. *A dor, o indivíduo e a cultura*. **Saúde e sociedade**, v. 10, p. 3-13, 2001.

SASTRE, Kamila. **AONDE EU COLOCO AS MINHAS DORES, DOUTOR?": UM OLHAR ANTROPOLÓGICO DA ESCLEROSE MÚLTIPLA NA VIDA DE TRÊS MULHERES RESIDENTES EM BELÉM DO PARÁ**. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia, UFPA, Belém, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores*. **University of Brasília Law Journal (Direito. UnB)**, v. 1, n. 1, p. 701, 2016.

_____. *Raça é signo*. **Série Antropologia**, n. 372, Brasília. pp. 1-16, 2005..

_____. *Identidades políticas/alteridades históricas: uma crítica a las certezas del pluralismo global*. **Anuário Antropológico**, 1999, 97: 161-196.

_____. *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*. **Mana**, 2006, 12.1: 207-236.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Antropologia Jurídica*. In **Jornal Carta Forense**, ano III, no 21, fevereiro de 2005, pg. 24 e 25.

SCHUCH, Patrice. *Justiça, cultura e subjetividade: tecnologias jurídicas e a formação de novas sensibilidades sociais no Brasil*. **Scripta nova**. Barcelona. Vol. 14, n. 395 (marzo 2012), [8 p.], 2012.

SILVA, Janaína Lima Penalva da. **A igualdade sem mínimos: direitos sociais, dignidade e assistência social em um estado democrático de direito—um estudo de caso sobre o benefício de prestação continuada no Supremo Tribunal Federal**. Tese de Doutorado em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, Rosana Maria Nascimento Castro. **Precariedades oportunas, terapias insulares: economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica**. 2018. 506 f., il. Tese de Doutorado em Antropologia - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVEIRA, Bruna Rocha. **Dor compartilhada é dor diminuída: autobiografia e formação identitária em blogs de pessoas em condição de doença**. Tese de Doutorado em Comunicação, PUC RS, Porto Alegre, 2016.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Ensino Jurídico: pesquisa e interdisciplinaridade**. Ensino Jurídico, 1996.

TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Editora Vozes Limitada, 2018.

TEIXEIRA, Carla Costa & SOUZA LIMA, Antonio Carlos. “A antropologia da administração e governança no Brasil: área temática ou ponto de *dispersão*?” *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo, ANPOCS, 2010. Pp 51-96.

TSING, Anna. *Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras*. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

WARAT, Luis Alberto. **A Epistemologia Carnavalizada do Direito**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=28Gpq17TGsw&t=32s&ab_channel=Emp%C3%B3rioDoDireito , Empório do Direito, 2015.

_____. **Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou**. Boiteux, 2004.

_____. *A fantasia jurídica da igualdade: democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade*. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 13, n. 24, p. 36-54, 1992

_____. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 3, n. 05, p. 48-57, 1982.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Editora Cultrix, 2011.